

Penhora online é válida em execução de multa em TAC

AP nº 01507-2004-112-03-00-4

A 3ª Turma do TRT3 reconheceu a validade de penhora online de dinheiro existente em conta bancária de uma fundação educacional (FELUMA), em execução definitiva de multa por descumprimento de obrigação de fazer prevista em termo de ajuste de conduta (TAC), firmado junto ao **MPT**. No caso, a executada não observou a ordem preferencial prevista no artigo 655 do CPC e ofereceu à penhora dois elevadores, bens de difícil alienação nos leilões judiciais.

Em sua defesa, a devedora alegou que a multa imposta pelo descumprimento da obrigação de fazer, relativa à execução do TAC, não é uma parcela de natureza alimentar, cujos créditos se encontram definidos no artigo 100 § 1º-A da CF/88, seja pelo fato de não ser decorrente de sentença transitada em julgado, ou pela falta de previsão legal, nos termos do Provimento nº 1 da CGJT, de 25/07/2002 e das Súmulas 144 do STJ e 655 do STF.

Conforme o relator, juiz convocado Rogério Valle Ferreira, o artigo 876 da CLT prevê expressamente que a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o **MPT** deve seguir as mesmas normas estabelecidas para a execução de créditos trabalhistas, dentre elas a prevista no artigo 882 da CLT, pelo qual "o executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomeando bens para a penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do Código de Processo Civil".

Assim, se a penhora recai sobre dinheiro, que figura em primeiro lugar na ordem de gradação legal prevista no artigo 655, I, do CPC, a execução será menos onerosa para a fundação educacional, conforme determina o artigo 620 do CPC, e terá maior eficácia, facilitando a satisfação do crédito trabalhista.

Para o relator, não há nenhum impedimento à realização da penhora online de numerário existente em conta bancária da devedora, na execução definitiva, através da utilização do convênio celebrado entre o Banco Central do Brasil e o **TST**. "O sistema Bacen-Jud visa a conferir maior celeridade e eficácia à execução, ampliando as possibilidades de êxito na satisfação do crédito trabalhista", ressaltou o magistrado, acrescentando que, pela Consolidação dos Provimentos da CGJT, a ordem judicial de bloqueio via Bacen-Jud tem precedência sobre quaisquer outras modalidades de penhora.

Cita ainda a Súmula nº 417 do TST, pela qual "a penhora, através do sistema Bacen Jud, é aplicável à execução trabalhista, por determinação contida no art. 882 da CLT, não se restringindo, portanto, aos créditos de natureza alimentar, sendo que, conforme dispõe o caput do artigo 876 da CLT, a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o MPT deve seguir as mesmas normas estabelecidas para a execução de créditos trabalhistas".

Por esses fundamentos, a Turma entendeu manter a penhora do valor bloqueado equivalente a R\$50.064,13, em conta bancária à disposição do Juízo da execução.

Processo 01366-2005-050-03-00-9 – RO – 7ª Turma – Relator Convocado: Emerson José Alves Lage – DJMG de 04/03/2008, p. 21

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA DE CARÁTER INIBITÓRIO - MANUTENÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - Se as provas constantes nos autos revelam o comportamento negligente da empresa no cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, induzindo ao temor de que o seu comportamento lesivo volte a ocorrer, deve ela ser compelida

à manutenção de seus deveres legais e constitucionais. Tais normas, relacionadas à saúde e segurança do trabalhador, devem ser continuamente cumpridas, e as obrigações da empresa, por serem de trato sucessivo, não se esgotam com medidas isoladamente adotadas. Nessa hipótese, é cabível e necessária a tutela inibitória para evitar que a conduta lesiva adotada pela empresa volte a se repetir. Só assim será possível a garantia da efetividade da tutela jurisdicional, tão almejada pelo ordenamento jurídico. Esta é a inteligência do art. 5º, XXXV, da CR/88, que garante a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito e torna expresso o princípio geral da prevenção, inerente a qualquer ordem jurídica que se preocupe em efetivamente garantir os direitos.

Processo	00984-2005-098-03-00-1 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	04/07/2007		
Órgão Julgador	Primeira Turma		
Relator	Convocado José Marlon de Freitas		
Revisor	Maurício José Godinho Delgado		
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA INIBITÓRIA - POSSIBILIDADE. A forte resistência da reclamada em implementar as medidas de segurança indicadas pelo Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público do Trabalho - objeto do pedido formulado nesta ação -, bem como a caracterização de ação ilícita continuada, justificam o receio do autor de que ela continue a agir ilicitamente, repetindo as irregularidades que violam os direitos indisponíveis dos seus empregados a um ambiente de trabalho saudável e seguro. Tais direitos, frise-se, excluem a ocorrência do ato ilícito, de modo que basta a probabilidade de sua repetição para que ocorra, com caráter pedagógico e preventivo, a tutela jurisdicional inibitória. Recurso a que se dá provimento.			

Processo	00250-2006-017-03-00-9 RO	Ver Ementa	Ver Andamento
Data de Publicação	23/06/2007		
Órgão Julgador	Quarta Turma		
Relator	Luiz Otávio Linhares Renault		
Revisor	Convocado Emerson José Alves Lage		
Recorrentes: SINDICATOS DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1)			
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2)			
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (3)			

Recorridos: OS MESMOS (1)

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, TRANSPORTES DE VALORES SEGURANÇA PESSOAL E DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA SIMILARES E SEUS AFINS DE UBERLÂNDIA E REGIÃO (2)

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES DO NORTE DE MINAS GERAIS (3)

EMENTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA " MINISTÉRIO PÚBLICO " LEGITIMIDADE - O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública, à luz do que dispõem os artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República " ambos *self-executing* - combinados com o art. 83, inciso IV, da Lei Complementar n. 75/83. A tendência atual do Direito é de valorizar, prestigiar e ampliar a atuação do MP como órgão agente e não restringi-la, mormente na esfera dos direitos difusos e coletivos, impregnados de interesses sociais e individuais indisponíveis. A previsão constitucional de reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho, inserta no art. 7º., inciso XXVI, não pode ser interpretada no acanhamento de sua literalidade, como se fosse apenas uma espécie de *carta branca* aos seus destinatários " sindicatos e empresa(s). Além de outros princípios, os direitos trabalhistas, por razões históricas, são perpassados pela *indisponibilidade*, pela *imperatividade*, e pelo flexionamento da *hierarquização de suas normas*, por isso que a sua interpretação tem de ser intensamente lógico-sistemática e teleológica. De conseguinte, a exegese do postulado atinente ao *reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos* pela ordem jurídica, subsume-se a uma axiologia integrativa, aglutinante e contrastante com outros valores de segurança e de justiça insculpidos na Carta Magna. Constituem princípios fundamentais da República Federativa do Brasil *a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa* (art. 1º., incisos III e IV), sendo certo que a célula *mater* do art. 7º. decorre de seu *caput* - direitos constitucionais péticos alinhados nos diversos incisos " além de outros que *visem à melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais*. Por conseguinte, o art. 7º., inciso XXVI, da CF, não podendo ser invocado para legitimar toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, que, com a roupagem da flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados, uma vez que a lei encerra o conteúdo mínimo do contrato de trabalho, que, embora ainda seja um complexo voluntário-normativo (a expressão é de J.M. Catharino), possui a dimensão de tutela superior à dimensão de contrato (autonomia da vontade individual ou coletiva). Conforme Carlos Maxiliano: "As prescrições de ordem pública, em ordenando ou vedando, colimam um objetivo: estabelecer e salvaguardar o equilíbrio social. Por isso, tomadas em conjunto, enfeixam a íntegra das condições desse equilíbrio, o que não poderia acontecer se todos os elementos do mesmo não estivessem reunidos. Atingido aquele escopo, nada se deve aditar nem suprimir. Todo acréscimo seria inútil; toda restrição, prejudicial. Logo é caso de exegese estrita. Não há margem para interpretação extensiva, e muito menos para analogia".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Ação Civil Pública n. 00250-2006-017-03-00-9, ora em grau de recurso ordinário, em que é Autor **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e Réus **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA PESSOAL E DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA E SIMILARES, SEUS AFINS E ANEXOS DE UBERLÂNDIA E REGIÃO E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES DO NORTE DE MINAS.**

RELATÓRIO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** promove Ação Civil Pública em face de **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS,**

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA PESSOAL E DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA E SIMILARES, SEUS AFINS E ANEXOS DE UBERLÂNDIA E REGIÃO E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES DO NORTE DE MINAS, pretendendo que as partes se abstenham de incluir, em futuros acordos e/ou convenções coletivas, que vierem a firmar, cláusulas que impliquem a supressão ou redução do intervalo intrajornada mínimo de uma hora previsto no art. 71 da CLT, cláusulas que imponham desconto de taxas ou contribuições sindicais, nos salários de trabalhadores não filiados à entidade sindical respectiva e cláusulas que imponham descontos nos salários dos trabalhadores não filiados à entidade sindical respectiva, para custeio de plano de saúde, sob pena de multa pelo descumprimento da obrigação de não fazer. Pede a restituição dos descontos e o pagamento de indenização por dano moral coletivo.

O d. Juízo da 17a. Vara do Trabalho de Belo Horizonte, através da v. sentença de fls. 1093/1110, proferida pelo Exmo. Juiz O d. Juízo da 17a. Vara do Trabalho de Belo Horizonte, através da v. sentença de fls. 1093/1110, proferida pelo Exmo. Juiz **MARCO ANTÔNIO SILVEIRA**, condenou os Réus a: a) se absterem, em futuros acordos e/ou convenções coletivas que vierem a firmar, de incluir cláusula(s) que implique(m) a supressão ou redução do intervalo intrajornada mínimo de 1 hora para refeição e descanso, previsto no art. 71, da CLT, sob pena de multa de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), devida a cada constatação de descumprimento, que será revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, nos termos da Lei 7.998/90; b) se absterem, em futuros acordos e/ou convenções coletivas que vierem a firmar, de incluir cláusula(s) impondo desconto nos salários dos trabalhadores não filiados à respectiva entidade sindical profissional (2o., 3o., e 4o. réus), para custeio de plano de saúde, ressalvada a possibilidade do desconto mediante prévia e expressa autorização individual do trabalhador, sob pena de multa de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), devida a cada constatação de descumprimento da obrigação, que será revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, nos termos da Lei 7.998/90.

Recorreu o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais, renovando a arguição de incompetência funcional da Vara de Trabalho de origem, em face do que dispõe o art. 39, III, c, do Regimento Interno deste Regional. No mérito, afirma que a taxa assistencial, ao contrário da contribuição para o custeio do sistema confederativo, prevista no art. 8o., inciso IV, da CF, estende-se a todos os trabalhadores. Argumenta que a supressão do intervalo para refeição e descanso na jornada em regime especial (12x36) não traz prejuízos aos trabalhadores. Assevera que o plano de saúde instituído para a categoria foi amplamente aceito, não devendo ser alvo de contestação por parte de terceiros.

O Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais renova as arguições de incompetência em razão da hierarquia; impossibilidade de manejo de Ação Civil como sucedâneo de ADIN, carência de ação, por ilegitimidade ativa *ad causam* e por impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, propriamente dito, alega que a cláusula penal é excessiva.

O Ministério Público do Trabalho insurge-se contra o acolhimento da coisa julgada referente aos pedidos "b" e "d" da inicial, alegando que o C. TST não examinou o pedido de imposição de obrigação de não fazer, sob pena de multa cominatória (letra "b") e muito menos de restituição de descontos (letra "c"), na ação anteriormente ajuizada, devendo ser observados os limites da coisa julgada, a teor do art. 468 do CPC. Salienta que na primeira ação promovida pelo *parquet* não houve imposição de qualquer tipo de obrigação ou cominação aos réus, circunstância que possibilita aos réus celebrar instrumentos normativos com cláusula impondo descontos de contribuições sindicais aos trabalhadores não filiados. Salienta que a decisão liminar proferida às fls. 891/892, que determinou a suspensão do desconto das contribuições sindicais prevista em instrumento normativo seja ratificada.

Contra-razões às fls. 1181/1197 e 1209/1222.

É o relatório.

VOTO

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Conheço dos recursos, porquanto próprios e tempestivos.

Examino, em conjunto, os recursos dos réus.

JUÍZO DE MÉRITO

RECURSOS DOS RÉUS

INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA HIERARQUIA/FUNCIONAL

Insistem os Réus que o exame da ação civil pública trabalhista compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos, a teor do art. 39, III, "c", do Regimento Interno deste Regional.

Razão não lhes assiste.

Dispõe o referido dispositivo, *in verbis*:

"Art. 39. Compete à Seção de Dissídios Coletivos:

III - julgar:

c) as ações anulatórias em matéria de sua competência".

De plano, verifica-se que o dispositivo regimental apontado pelos Recorrentes trata da ação anulatória e não se confunde com a ação civil pública, na medida em que a pretensão do Autor não consiste numa tutela de natureza constitutiva negativa, como seria próprio de uma Ação Anulatória de competência originária do Tribunal Regional, conforme salientou com acuidade o d. Juízo *a quo*.

Por outro lado, a ação civil pública, como se sabe, teve sua origem na Lei 7.347/85, ampliado o seu papel pela Constituição Federal de 1988 e, por fim, pelo Código de Defesa do Consumidor, que acrescentou proteção aos direitos difusos e coletivos.

A Lei 7.347/85 estabelece no seu art. 2o., *in verbis*, que:

Art. 2o. - As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

No mesmo sentido, o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, estabelece que:

Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

Portanto, a regra geral é de que a ação civil pública seja ajuizada perante os órgãos de primeira instância, no caso, as Varas do Trabalho.

O Colendo TST, num primeiro momento, adotou a regra de que a competência hierárquica para julgamento da ação civil pública seria da Seção Especializada em Dissídio Coletivo (Resolução Administrativa 686/2000, do TST, publicada em 08.03.2000, hoje já revogada), mas firmou-se, posteriormente, no sentido de que compete às Varas de Trabalho apreciar e julgar ação civil pública.

Naquela ocasião, o Exmo. Desembargador deste Regional Dr. Dárcio Guimarães Andrade, no Debate sobre os Direitos Metaindividuais, organizado por este Regional e sua Escola Judicial, a OAB-MG e sua Escola Superior de Advocacia e a Procuradoria Regional da 3a. Região, já manifestava seu entendimento a respeito do tema, no sentido de que a competência em sede de Ação Civil Pública trabalhista seria das Varas do Trabalho, em consonância com o art. 2o. da Lei 7.347/85, acentuando que:

"A premissa de que a ACP tem feição de dissídio coletivo não prospera. Podem estar as duas ações sintonizadas na defesa de interesses coletivos, mas nem de leve podem ser comparadas. Deve-se realçar que a ACP não exprime propriamente um dissídio coletivo, na acepção do Direito do Trabalho. Identifica-se este na pluralidade de sujeitos em litígio, tendo maior afinidade com o direito individual, no que tange ao objeto. Além do mais o dissídio coletivo visa criação de normas e condições de trabalho, está notoriamente voltado para o poder normativo, enquanto a ACP visa à aplicação de norma já existente, tendo como objetivo-mor a observância da ordem jurídica existente, na medida do seu descumprimento. Temos, assim, que a ACP Trabalhista tende muito mais para um dissídio individual plúrimo do que para um dissídio coletivo. E o dissídio individual plúrimo é competência das Varas de Trabalho, e é em primeira instância que deve ser proposta originariamente, sob pena de afrontar cabalmente o princípio do duplo grau de jurisdição, base de justiça e de legalidade. Além disso, podemos dizer que a sentença em ACP será sempre condenatória, enquanto, nos dissídios de natureza jurídica, temos sentenças essencialmente interpretativas e declaratórias, e em dissídio de natureza econômica, sentenças nitidamente constitutivas. Na minha opinião, revela-se, pois infundada a utilização do critério de definição de competência para julgamento de ACP, baseado na similaridade entre ACP e Dissídio Coletivo, tendo em vista as características distintas de cada uma destas ações, bem como a diversidade de seus provimentos jurisdicionais.

O segundo argumento do TST reside na abrangência da decisão a ser proferida nos autos. Se o dano a ser reparado suplantam o território de uma circunscrição judiciária ou de um Estado da Federação, o problema deve ser resolvido pela prevenção, podendo a ação ser proposta em qualquer dos territórios afetados e não, obrigatoriamente, suprimir-se a primeira instância, em flagrante prejuízo aos jurisdicionados.

Cabe aqui, como uma luva, a advertência de Carlos Maximiliano, de que regras definidoras não comportam interpretação extensiva, pois "quando a norma atribui competência excepcional ou especialíssima, interpreta-se estritamente; opta-se, na dúvida, pela competência ordinária". No nosso Direito, a regra geral define a competência originária para os órgãos jurisdicionais de primeiro grau. Neste sentido, Ada P. Grinover, Antônio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco: "A competência originária é, em regra, dos órgãos inferiores. Só excepcionalmente ela pertence ao STF (art. 102, II, CF), STJ (art. 105, II, CF), ou aos órgãos de jurisdição superior a cada uma das Justiças. Demais casos de competência originária dos tribunais de cada Justiça são estabelecidos em lei federal". (*in Debate Os direitos metaindividuais no processo do trabalho* (2000: Belo Horizonte) - Anais do..., 20 de outubro de 2000/Ministério Público do Trabalho da 3a. Região; Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região; Ordem dos Advogados do Brasil/MG " Belo Horizonte: TRT 3a. Região, Escola Judicial, 2001 " CDU 347.998.72 (81), págs. 39/40).

Como salientado, o entendimento do Colendo TST firmou-se no sentido de que compete às Varas de Trabalho apreciar e julgar ação civil pública, levando em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, conforme se depreende do aresto abaixo transcrito, citado pelo MPT em contra-razões:

MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEDIDA LIMINAR. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA.

1. Mandado de segurança contra liminar concedida em ação civil1. Mandado de segurança contra liminar concedida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho, mediante a qual se suspendeu a cobrança de contribuição confederativa de associados e de não associados, instituída em assembléia sindical. Alegação do Impetrante de que faleceria competência à Justiça do Trabalho para a ação civil pública. Acórdão regional concessivo da segurança para cassar a liminar, sob o fundamento de

incompetência funcional do juízo de primeiro grau de jurisdição para julgar a ação civil pública.

2. Irrecusável a competência da Justiça do Trabalho para instruir e julgar a ação civil pública "trabalhista", ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, objetivando resguardar interesses difusos e interesses coletivos dos trabalhadores empregados. Exegese do art. 114, 2ª parte, da CF/88, conjugado com a Lei Complementar n. 75/93 (art. 83, caput e inc. III).

3. Transcende da competência funcional originária dos Tribunais do Trabalho a ação civil pública "trabalhista", constituindo causa afeta à competência inicial das Varas do Trabalho, pois não guarda identidade plena com o dissídio coletivo, nem é autorizado reconhecer-se dita competência mediante analogia. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF RE 206.220-1-MG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO) e do Tribunal Superior do Trabalho.

4. Sindicato de categoria profissional não é titular de direito líquido e certo à cassação de liminar que suspende a cobrança de contribuição confederativa atentatória ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurados, em manifesta contrariedade ao Precedente Normativo n. 119 da SDC/TST. 5. Recurso ordinário do Ministério Público a que se dá provimento para denegar a segurança, restabelecendo a medida liminar em ação civil pública, que suspendeu a exigibilidade da contribuição confederativa. (original sem grifo)

Recentemente, a matéria foi objeto de exame na Ação Civil Pública n. TST-ACP-146.426/2004-000-00-00.8, em que é Autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO e são Réus COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS CEMIG e SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS SINDIELETRO/MG, tendo sido proferido o seguinte aresto:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE DANO OCORRIDO EM ÂMBITO REGIONAL. COMPETÊNCIA. VARA DO TRABALHO DA CAPITAL DO ESTADO. Esta Corte Superior já consolidou Jurisprudência a respeito da competência territorial em sede de ação civil pública, levando em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal, nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 130, da SBDI-2. Ora, se na hipótese debatida dos autos a extensão do dano limitou-se ao Estado de Minas Gerais, como declarado pelo próprio Ministério Público em sua petição inicial, forçoso é reconhecer a competência de uma das AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE DANO OCORRIDO EM ÂMBITO REGIONAL. COMPETÊNCIA. VARA DO TRABALHO DA CAPITAL DO ESTADO. Esta Corte Superior já consolidou Jurisprudência a respeito da competência territorial em sede de ação civil pública, levando em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal, nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 130, da SBDI-2. Ora, se na hipótese debatida dos autos a extensão do dano limitou-se ao Estado de Minas Gerais, como declarado pelo próprio Ministério Público em sua petição inicial, forçoso é reconhecer a competência de uma das Varas do Trabalho de Belo Horizonte para o julgamento do feito. Declara-se a incompetência funcional do Tribunal Superior do Trabalho na presente ação. (TST " ACP n. 146.426/2004-000-00-00.8, publicada em DJ - 17/03/2006)

In casu, o conflito não transcende a jurisdição desse Regional, razão pela qual a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado de Minas Gerais.

Ante o exposto, rejeita-se a presente arguição.

PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MPT, E POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR

A questão relativa a ilegitimidade do MPT de propor ação civil pública não comporta maiores discussões, tendo em vista o entendimento prevalente de que o MPT está indubitavelmente legitimado a ajuizar ação civil pública na defesa de direitos dos interesses difusos e coletivos na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 83, inciso III, da Lei Complementar n. 75:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;

De mais a mais, o art. 127, da Constituição da República, estatui de maneira clara e cristalina que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (grifos nossos)

Data venia, essa norma é *self executing*, possui ela eficácia plena, total e imediata, independentemente de qualquer regulamentação por norma infraconstitucional.

Por outro lado, alegam os réus que a presente ação busca defender interesses individuais homogêneos, mas jamais direitos ou interesses coletivos ou difusos. Assim, sustentam que o MPT é carecedor da ação, pois rompe o limite imposto pela Carta Constitucional, inciso III, do art. 129.

Diversamente do sustentado pelos Réus, a discussão suscitada na exordial divisa, pelo menos em tese, matéria com o perfil da indisponibilidade, à qual o ordenamento jurídico conferiu legitimação ao MPT para sua defesa, nos termos previstos no art. 127 da Carta Magna e no inciso III, do art. 83, da Lei Complementar n. 75/93.

Constata-se, ainda, que a tutela pretendida encontra amparo no ordenamento jurídico: arts. 71 e 462, da CLT e também por aplicação do princípio da razoabilidade.

Desse modo, se o pedido consiste numa pretensão que, em abstrato, encontra amparo no direito objetivo, a possibilidade jurídica encontra-se presente, tornando a providência jurisdicional admitida pelo direito.

Neste sentido, trilha a doutrina capitaneada por Humberto Theodoro Júnior, *in* Curso de Direito Processual Civil, volume 1, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1998, fl. 54:

"Predomina na doutrina o exame da possibilidade jurídica sob o ângulo de adequação do pedido ao direito material a que eventualmente correspondesse a pretensão do autor. Juridicamente impossível seria, assim, o pedido que não encontrasse amparo no direito material positivo. Allorio, no entanto, demonstrou o equívoco desse posicionamento, pois o cotejo do pedido com o direito material só pode levar a uma solução de mérito, ou seja, à sua improcedência, caso conflite com o ordenamento jurídico, ainda que a pretensão, *prima facie*, se revele temerária ou absurda.

Diante dessa aguda objeção, impõe-se restringir a possibilidade jurídica do pedido ao seu aspecto processual, pois só assim estaremos diante de uma verdadeira *condição da ação*, como requisito prévio de admissibilidade do exame da questão de mérito. Com efeito, o pedido que o autor formula ao propor a ação é dúplice: 1o., o pedido *imediato*, contra o Estado, que se refere à tutela jurisdicional; e 2o., o pedido *mediato*, contra o réu, que se refere à providência de direito material. A possibilidade jurídica, então, deve ser localizada no pedido *imediato*, isto é, na permissão, ou não, do direito positivo a que se instaure a relação processual em torno da pretensão do Autor".

Ademais, a questão pertinente ao direito defendido pelo MPT é matéria intimamente ligada ao mérito, onde será analisado.

Por fim, o interesse de agir restou evidenciado, eis que surgiu da necessidade de obter do Judiciário, através do processo, a proteção ao interesse substancial. O interesse processual traduz-se numa necessidade e também numa relação de adequação do provimento postulado, diante do conflito de direito material trazido à solução judicial.

Como se infere, presentes as condições da ação, a alegação dos Recorrentes está fadada ao insucesso.

Rejeito.

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE PRECEITO DE LEI FEDERAL - IMPROPRIEDADE DO MANEJO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO SUCEDÂNEO DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Sustentam os Recorrentes que os pedidos constantes das letras "b" e "d" da petição inicial passariam, ainda que *incidenter tantum*, pelo controle da constitucionalidade (art. 5o., inciso XX e 8o., inciso V, ambos da CF e art. 513, alínea "e", da CLT), circunstância que estaria a infringir a competência do STF, nos termos do art. 102, inciso I, da CF.

Razão não lhes assiste, também neste aspecto.

Tratam os pedidos de letra "b" e "d" da inicial do seguinte:

"b) a absterem-se de incluir, em futuros acordos e/ou convenções coletivas que vierem a firmar, cláusulas impondo desconto de taxas ou contribuições sindicais nos salários de trabalhadores não filiados à entidade sindical profissional respectiva, sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), devida a cada constatação de descumprimento da obrigação de não fazer postulada;

d) solidariamente, à restituição dos descontos realizados nos salários dos trabalhadores não associados às entidades sindicais profissionais Rés, com base na cláusula quadragésima primeira da CCT 2004 e 2005;"

De plano, insta salientar que o d. Juízo *a quo*, de ofício, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, quanto aos pedidos das letras "b" e "d", em face da incidência da coisa julgada (fl. 1103).

É certo, portanto, que não haveria interesse dos Recorrentes quanto a este aspecto. Contudo, tendo havido recurso do MPT a esse respeito, impõe-se examinar a questão.

Com efeito, no nosso ordenamento jurídico o controle de constitucionalidade das leis se dá de duas maneiras: em abstrato, na via concentrada, pelo STF, nos termos do art. 102, I, a, da CF; e na via difusa, *incidenter tantum*.

José Afonso da Silva leciona, com propriedade, *in* Curso de Direito Constitucional Positivo, 9a. edição, Malheiros Editores, 1992, pág. 484, que:

"O Brasil seguiu o sistema norte-americano, evoluindo para um sistema misto e peculiar que combina o critério de controle difuso por via de defesa com o critério de controle concentrado por via de ação direta de inconstitucionalidade, incorporando também agora timidamente a ação de inconstitucionalidade por omissão (arts. 102, I, "a", e III, e 103). A outra novidade está em ter reduzido a competência do Supremo Tribunal Federal à matéria constitucional. Isso não o converte em Corte Constitucional. Primeiro porque não é único órgão jurisdicional competente para o exercício da jurisdição constitucional, já que o sistema perdura fundado no critério difuso, que autoriza qualquer tribunal e juiz a conhecer da prejudicial de inconstitucionalidade, por via de exceção. Segundo, porque o modo de recrutamento de seus membros denuncia que continuará a ser um Tribunal que examinará a questão constitucional com critério puramente técnico-jurídico, mormente porque, como Tribunal, que ainda será, do recurso extraordinário, modo de levar a seu conhecimento e julgamento as questões constitucionais nos casos concretos, sua preocupação, como é regra no sistema difuso, será dar primazia à solução do caso, e, se possível, sem declarar inconstitucionalidades".

Resulta daí que somente nos casos de declaração de inconstitucionalidade na via concentrada, em abstrato, é que haverá a formação da coisa julgada *erga omnes*, no caso de procedência do pedido (proteção da ordem jurídica que retira por completo a aplicabilidade da lei).

Veja-se a exemplo as decisões do STF, em casos análogos, conforme arestos abaixo transcritos:

EMENTA: Reclamação: alegação de usurpação de competência originária do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, I, a): improcedência.

1. Decisão reclamada que, em ação civil pública, reconheceu incidentemente a inconstitucionalidade da regra do direito intertemporal do decreto-lei que estabeleceu o Plano Verão sobre o cálculo da correção monetária das cadernetas de poupança e condenou instituição bancária a creditar correção monetária mais favorável, que advinha do regime legal anterior: validade: inexistência de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal para a ação direta de inconstitucionalidade.

2. Ação civil pública que veicula pedido condenatório, em favor de "interesses individuais homogêneos" de sujeitos indeterminados, mas determináveis, quando fundada na invalidez, em face da Constituição, de lei federal não se confunde com ação direta de inconstitucionalidade, sendo, pois, admissível no julgamento da ACP a decisão incidente acerca da constitucionalidade da lei, que constitua questão prejudicial do pedido condenatório.

3. Hipótese diversa daquelas em que a jurisprudência do Supremo Tribunal entende que pode se configurar a usurpação da competência da Corte (v.g. Rcl 434, Rezek, DJ 9.12.1994; Rcl 337, Brossard, DJ 19.12.1994). (Rcl 597 São Paulo " Relator para Acórdão Min. Sepúlveda Pertence, Julgamento 03.09.1997 " Tribunal Pleno, publicado DJ 02.02.2007 PP-00075).

EMENTA: Reclamação. 2. Ação civil pública contra instituição bancária, objetivando a condenação da ré ao pagamento da "diferença entre a inflação do mês de março de 1990, apurada pelo IBGE, e o índice aplicado para crédito nas cadernetas de poupança, com vencimento entre 14 a 30 de abril de 1990, mais juros de 0,5% ao mês, correção sobre o saldo, devendo o valor a ser pago a cada um fixar-se em

liquidação de sentença". 3. Ação julgada procedente em ambas as instâncias, havendo sido interpostos recursos especial e extraordinário. 4. Reclamação em que se sustenta que o acórdão da Corte reclamada, ao manter a sentença, estabeleceu "uma inconstitucionalidade no plano nacional, em relação a alguns aspectos da Lei n. 8.024/1990, que somente ao Supremo Tribunal Federal caberia decretar". 5. Não se trata de hipótese suscetível de confronto com o precedente da Corte na Reclamação n. 434-1 - SP, onde se fazia inequívoco que o objetivo da ação civil pública era declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 7.844/1992, do Estado de São Paulo. 6. No caso concreto, diferentemente, a ação objetiva relação jurídica decorrente de contrato expressamente identificado, a qual estaria sendo alcançada por norma legal subsequente, cuja aplicação levaria a ferir direito subjetivo dos substituídos. 7. Na ação civil pública, ora em julgamento, dá-se controle de constitucionalidade da Lei n. 8.024/1990, por via difusa. Mesmo admitindo que a decisão em exame afasta a incidência de Lei que seria aplicável à hipótese concreta, por ferir direito adquirido e ato jurídico perfeito, certo está que o acórdão respectivo não fica imune ao controle do Supremo Tribunal Federal, desde logo, à vista do art. 102, III, letra b, da Lei Maior, eis que decisão definitiva de Corte local terá reconhecido a inconstitucionalidade de lei federal, ao dirimir determinado conflito de interesses. **Manifesta-se, dessa maneira, a convivência dos dois sistemas de controle de constitucionalidade: a mesma lei federal ou estadual poderá ter declarada sua invalidade, quer, em abstrato, na via concentrada, originariamente, pelo STF (CF, art. 102, I, a), quer na via difusa, *incidenter tantum*, ao ensejo do desate de controvérsia, na defesa de direitos subjetivos de partes interessadas, afastando-se sua incidência no caso concreto em julgamento.** 8. Nas ações coletivas, não se nega, à evidência, também, a possibilidade da declaração de inconstitucionalidade, *incidenter tantum*, de lei ou ato normativo federal ou local. 9. A eficácia erga omnes da decisão, na ação civil pública, ut art. 16, da Lei n. 7.347/1997, não subtrai o julgado do controle das instâncias superiores, inclusive do STF. No caso concreto, por exemplo, já se interpôs recurso extraordinário, relativamente ao qual, em situações graves, é viável emprestar-se, ademais, efeito suspensivo. 10. Em reclamação, onde sustentada a usurpação, pela Corte local, de competência do Supremo Tribunal Federal, não cabe, em tese, discutir em torno da eficácia da sentença na ação civil pública (Lei n. 7.347/1985, art. 16), o que poderá, entretanto, constituir, eventualmente, tema do recurso extraordinário. 11. Reclamação julgada improcedente, cassando-se a liminar. (Rcl 600/SP " São Paulo, Min. Néri da Silveira " Tribunal Pleno " julgamento 03.09.1997, publicado DJ 05.12.2003 pp 00019) (original sem grifo).

Assim, não comungo dos argumentos dos Recorrentes, *permissa venia*, de que é impróprio o manejo de ação civil pública cujo êxito dependa da declaração incidental de inconstitucionalidade de preceito de lei federal, sob pena de violar o monopólio do controle concentrado de constitucionalidade do STF, não se configurando violação aos dispositivos constitucionais e legais mencionados.

Neste sentido, acentua Luiz Paulo da Silva Araújo Filho de que: "mesmo que admitida, por hipótese, a asserção, a simples possibilidade de um resultado prático equivalente, em parte, ao da ação direta de inconstitucionalidade não é motivo bastante para, do ponto de vista jurídico, constituir uma usurpação constitucional da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal". (Ações Coletivas A Tutela Jurisdicional dos Direitos Individuais Homogêneos, Rio de Janeiro " Forense, 2000 " pág. 232).

Ante ao exposto, rejeito a presente arguição, não havendo que se falar em indeferimento da petição inicial.

Rejeito.

DOS**PEDIDOS****DEFERIDOS**

Postulou o MPT na presente ação civil pública que os réus se abstenham de incluir em instrumento coletivo cláusulas que: impliquem a supressão ou redução do intervalo intrajornada mínimo previsto no art. 71 da CLT; cláusulas que imponham desconto de taxas ou contribuições sindicais nos salários dos trabalhadores não filiados à entidade sindical profissional respectiva; e cláusulas que imponham descontos nos salários de trabalhadores não filiados à entidade sindical profissional respectiva, para custeio de plano de saúde, ressalvada a possibilidade de desconto mediante prévia e expressa autorização individual do trabalhador, tudo sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); à restituição dos descontos realizados nos salários dos trabalhadores não associados às entidades sindicais profissionais Réus, com base na cláusula quadragésima primeira da CCT 2004 e 2005; indenização por dano moral coletivo.

Conforme já examinado, a ação foi julgada procedente, em parte, tendo havido a condenação dos Réus a: a) se absterem, em futuros acordos e/ou convenções coletivas que vierem a firmar, de incluir cláusula (s) que implique a supressão ou redução do intervalo intrajornada mínimo de 1 hora para refeição e descanso, previsto no art. 71, da CLT, sob pena de multa de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), devida a cada constatação de descumprimento, que será revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, nos termos da Lei 7.998/90; b) se absterem, em futuros acordos e/ou convenções coletivas que vierem a firmar, de incluir cláusula (s) impondo desconto nos salários dos trabalhadores não filiados à respectiva entidade sindical profissional (2º, 3º, e 4º réus), para custeio de plano de saúde, ressalvada a possibilidade do desconto mediante prévia e expressa autorização individual do trabalhador, sob pena de multa de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), devida a cada constatação de descumprimento da obrigação, que será revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, nos termos da Lei 7.998/90.

Inicialmente refutam-se os argumentos dos Recorrentes de que o direito dos não associados de não sofrerem desconto assistencial e desconto para custeio do plano de saúde não se traduz em interesse coletivo, mas em direito individual e disponível.

Antes de mais nada, tendo em vista o art. 81 do CDC adotar os termos interesses e direitos como sinônimos, torna-se prudente estabelecer que entre eles, a partir de um dado momento, não há mesmo qualquer diferenciação, na medida em que tomam o mesmo sentido.

Neste diapasão, Kazuo Watanabe, citado pelo Exmo. Desembargador Dárcio Guimarães de Andrade (obra citada " págs. 26/27), pontifica que:

"os termos interesse e direitos foram usados como sinônimos, certo é que, a partir do momento em que passam a ser amparados pelo direito, os "interesses" assumem status de "direitos", desaparecendo qualquer razão prática, e mesmo teórica, para a busca de uma diferenciação ontológica entre eles".

Chegado a esse denominador comum, mostra-se didático prosseguir na definição do que sejam interesses e direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos, uma vez que se extrai do referido artigo a possibilidade de sua defesa coletiva.

Ainda tendo como subsídio a lição do Exmo. Desembargador Dárcio Guimarães de Andrade, extraímos da obra citada, os seguintes conceitos:

Amparado na lição de Randolpho Mancuso (*in* Interesse Difuso, Conceito e Legitimação para Agir, Editora Revista do Tribunais, SP, 1988), o i. Jurista apresentou o seguinte conceito:

"interesses difusos são os interesses metaindividuais que, não tendo atingido o grau de agregação e organização necessário à sua afetação institucional junto a certas entidades ou órgão representativos dos interesses já socialmente definidos, restam em estado fluido, dispersos pela sociedade como um todo...". Isto quer dizer: são interesses sobretudo de massa, ligados por uma circunstância de fato, implicando número vasto e não identificável de indivíduos, como os que dizem respeito ao consumo em geral, controle ambiental, política econômica, etc.

Na definição de interesses coletivos, adotou-se a definição trazida por Ada Pellegrini Grinover:

"são os interesses comuns a uma coletividade de pessoas e apenas a elas, mas repousando sobre o vínculo jurídico que as congrega". Exemplificando o conceito, Guimarães de Andrade diz que o direito coletivo vai muito mais além do que a soma de interesses individuais. Um feixe de interesses individuais não se transforma em direito coletivo, pelo fato de serem exercidos coletivamente, pois, na essência, permanecem individuais, formando mais do que uma relação plúrima. É necessário uma síntese de interesses individuais, amalgamados pela semelhança, e em sintonia com um fim comum, afetados a um único ente coletivo. A base será sempre feita de direitos individuais, que se encontram em situações homogêneas, aglutinando-se em grupos representativos de sua classe ou categoria, como os Sindicatos ou Associações. (...) A nota marcante deste tipo de interesse ou direito é a organização".

Por fim, a definição de interesses individuais homogêneos é dada por Guimarães de Andrade:

"como soma de posições jurídicas subjetivas individuais, perfeitamente divisíveis e afetadas aos seus titulares, que têm em comum a homogeneidade do bem pretendido. Individuais na sua essência, são coletivos apenas na forma de tutela, pois o legislador pretendeu conferir a eles uma nova possibilidade de trato processual, em virtude de ponderosas razões de ordem política judiciária, produzindo benefícios vários: como evitar a proliferação de seguidas demandas individuais, versando sobre a mesma questão, poupando trabalho e tempo aos julgadores já assoberbados: possibilitar decisões mais equânimes, evitando as indesejadas contradições e propiciar o transporte, *in utilibus*, do julgado coletivo para ao âmbito das ações individuais, nos termos estabelecidos pelos artigos 103, III e art. 104/CDC".

Portanto, conforme se viu, os direitos individuais homogêneos são sempre divisíveis, pois as reparações decorrentes da lesão sofrida pelos seus titulares são apuradas ou apuráveis individualmente. A inovação trazida pelo CDC foi permitir que os interesses individuais, desde que de origem comum, pudessem ser defendidos coletivamente em juízo.

Assim, se o direito encontra-se previsto por uma norma coletiva e abrange determinada parcela da categoria, ainda que em menor número (não associados, por exemplo), pode ser defendido através da presente ação, porquanto o direito postulado emana de uma causa comum que atinge uniformemente a seus titulares, *atados ao fenômeno associativo* (conforme expressão de Guimarães de Andrade).

Destarte, nesta ação não está o MPT defendendo direitos individuais e disponíveis, como sustentado pelos Recorrentes. Tem ela por objeto, segundo alegado na inicial, a defesa de direitos difusos e coletivos de trabalhadores, que estariam sendo ofendidos pela ação dos Recorrentes, ao celebrar norma coletiva lesiva. Se a proteção judicial pedida contra aquela ofensa a interesse coletivo alcança, também, o interesse individual de cada trabalhador, tal circunstância não impede o manejo da ACP, na medida em que o Autor está defendendo os direitos sociais de uma categoria de trabalhadores (ainda que em menor número). Não é o interesse individual de cada um desses trabalhadores que está em discussão. O que se pediu foi uma sentença de conteúdo inibitório, com a cominação de multa pelo descumprimento da obrigação de não fazer imposta pela sentença.

Portanto, a ação civil pública é própria para obter-se o provimento jurisdicional e o Ministério Público do Trabalho é parte legítima para figurar em seu pólo ativo, por força do que dispõe o art. 129, III, da Constituição Federal.

De outra face, note-se que o art. 7o., inciso XXVI, da Constituição Federal, não pode ser invocado para legitimar toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, que, com a roupagem da flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados, uma vez que a lei encerra o conteúdo mínimo do contrato de trabalho (inteligência do art. 444 da CLT), que, embora ainda seja um complexo voluntário-normativo (a expressão é de J.M. Catharino), possui a dimensão de tutela superior à dimensão de contrato (autonomia da vontade individual ou coletiva).

Neste sentido, a teor do que dispõe a Orientação Jurisprudencial n. 342, da SBDI-1 do TST, o intervalo intrajornada constitui direito irrenunciável do empregado, não podendo ser objeto de negociação coletiva, por se referir à norma de saúde e segurança do trabalho, de índole tutelar. E normas como tais são de ordem pública, cogentes, imperativas, não se admitindo a flexibilização por negociação coletiva que possa acarretar prejuízo à saúde do trabalhador (art. 7o., XXII).

Insta salientar que a Instrução Normativa 18/97, citada pelos Recorrentes, não tem o condão de alterar o entendimento adotado em relação ao intervalo destinado à refeição e ao descanso na jornada especial 12x36, tendo em vista ter sido editada em outra época, quando o entendimento também era outro.

De conseguinte, se é inválida a cláusula inserta em convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão do intervalo para os trabalhadores nas jornadas de 12x36 horas, tendo em vista estar assegurado o intervalo mínimo no *caput* do art. 71 da CLT, correta a determinação imposta aos Recorrentes de se absterem de celebrar instrumento coletivo prevendo a redução do intervalo intrajornada.

Vibra no mesmo diapasão, a impossibilidade de se impor desconto de custeio de plano de saúde, a teor do art. 462 da CLT. Conforme salientou o d. Juízo *a quo*, o fato de existir a previsão do "direito de oposição" não muda nada. A assembléia sindical não tem nenhuma autonomia e/ou poder para decidir sobre tal desconto em relação ao empregado que não é sindicalizado (inteligência da Súmula n. 666 do STF, bem como ao PN 119 do TST)

Ante ao exposto, deve ser mantido o comando sentencial que impôs obrigação de não fazer aos Recorrentes.

Nego provimento.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO - REDUÇÃO

Alegam os Recorrentes que o d. Juízo *a quo* fixou multa por descumprimento de R\$200.000,00, sem qualquer fundamentação quanto aos critérios que levaram o juízo à fixação desse valor, especificamente, o que afronta o artigo 93, IX, da CF.

Melhor sorte não assiste aos Recorrentes, também neste aspecto.

Com efeito, a multa imposta pela sentença objetiva atuar sobre a vontade dos Recorrentes, forçando-os a cumprir a obrigação de não fazer a que foram condenados e está prevista no art. 644 do CPC, que pode ser determinada de ofício e sem ofensa a qualquer limite legal, pelo que estéril a alegação de violação ao artigo 93, IX, da CF.

É importante observar, para espantar eventual dúvida, que o valor da multa se refere a cada instrumento normativo "acordo ou convenção coletiva de trabalho" e não de cada ato negocial, em si.

Neste sentido, deve prevalecer o valor arbitrado em primeiro grau, a fim de garantir a efetividade da medida.

Ante o exposto, nada há a prover.

RECURSO

DO

MPT

COISA

JULGADA

Alega o MPT que o MM. Juiz *a quo* ao declarar de ofício a coisa julgada em relação aos pedidos constantes das letras "b" e "d" da presente ação não observou os limites da coisa julgada, nos termos do art. 468 do CPC, na medida em que tais pedidos não foram apreciados na ação civil anteriormente ajuizada.

Data venia, merece pequeno reparo a v. sentença.

Conforme examinado com acuidade pelo MM. Juiz *a quo*, verifica-se que o pedido constante da letra "b" da ação anteriormente ajuizada, embora se referisse aos descontos efetuados pela CCT de 2000, mencionou expressamente "futuros acordos e/ou convenções coletivas" (fl. 49).

Portanto, a sentença nela proferida e o v. acórdão que a confirmou, examinaram a questão temporal, ou seja os "futuros acordos e/ou convenções coletivas", que nada mais são do que os descontos das CCTs 2004, 2005 e 2006 referidos na presente ação.

Neste diapasão, "Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença" e "a verdade dos fatos, estabelecidos como fundamentos da sentença" não fazem coisa julgada (CPC, art. 469, I e II). Porém, não se pode admitir que os mesmos fatos, para produzir efeitos diversos, possam ser examinados da maneira diferente pelo mesmo tribunal.

O pedido constante da letra "d" é mero corolário do constante da letra "b" e segue a mesma sorte.

De resto, ratifica-se a decisão liminar proferida às fls. 892/893, de que seja proibida a realização de descontos ou taxas sindicais nos salários dos integrantes da categoria não associados aos sindicatos réus, até o trânsito em julgado da presente ação.

Ante ao exposto, provejo parcialmente o recurso.

Isto posto, conheço dos recursos dos Réus, rejeito a exceção de incompetência, bem como as arguições de carência de ação, por ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público do Trabalho, e por impossibilidade jurídica do pedido/ausência de interesse de agir e indeferimento da petição inicial, e no mérito, nego-lhes provimento.

Conheço do recurso do Autor e, no mérito, dou-lhe provimento parcial para ratificar a liminar concedida às fls. 892/893, até o trânsito em julgado da presente ação.

Intimar o MPT pessoalmente, nos termos do artigo 18, inciso II, alínea "h", e do artigo 84, IV da LC 75/93.

FUNDAMENTOS

PELOS

QUAIS,

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, pela sua Quarta Turma, à unanimidade, conheceu dos recursos dos réus; sem divergência, rejeitou a exceção de incompetência, bem como as arguições de carência de ação, por ilegitimidade ativa "ad causam" do Ministério Público do Trabalho, e por impossibilidade jurídica do pedido/ausência de interesse de agir e indeferimento da petição inicial; no mérito, unanimemente, negou-lhes provimento; sem divergência, conheceu do recurso do autor; no mérito, unanimemente, deu-lhe provimento parcial para ratificar a liminar concedida às fls. 892/893, até o trânsito em julgado da presente ação. Intimar o MPT pessoalmente, nos termos do artigo 18, inciso II, alínea "h", e do artigo 84, IV da LC 75/93.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2007.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2007.

LUIZ OTÁVIO LINHARES RENAULT
Desembargador Relator

Processo	01194-2006-103-03-00-5 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	30/06/2007		
Órgão Julgador	Quarta Turma		
Relator	Convocado Emerson José Alves Lage		
Revisor	Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello		

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - REJEIÇÃO. Na hipótese em exame, o interesse que se buscou defender através da presente ação civil pública é coletivo e não individual, ou seja, não se pretendeu a defesa do direito do trabalhador A, B ou C, mas, sim, de todo e qualquer trabalhador/empregado da ré, cujo contrato se encontra em vigor, bem como aqueles que forem contratados em data futura. Claro está, pois, possuir legitimização ativa o MPT, devendo apenas decorrer a causa de pedir da ação civil pública da relação de emprego ou do Direito do Trabalho, pena de falecer competência material a esta Especializada, o que foi observado na presente hipótese. Outrossim, o simples fato de alguns dos direitos defendidos nesta ação civil pública também desafiarem ação trabalhista individual pelo empregado/trabalhador prejudicado não lhes retira o caráter de direito difuso ou coletivo, uma vez que um único fato pode dar margem à tutela de natureza difusa, coletiva ou individual homogênea. O que distingue estes direitos é o tipo de pretensão deduzida em juízo. Finalmente, ao contrário do defendido pela demandada no seu recurso, a OJ n. 237 da SBDI-1/TST não tem incidência na espécie, porque o MPT não está recorrendo de interesse patrimonial privado, i.e., não se trata na espécie de lide entre particulares. Ao revés, ele é parte neste processado, onde defende direitos coletivos e indivisíveis ligados de um grupo de trabalhadores ligados à sociedade argüente. Preliminar que se rejeita.

Processo	01628-2006-104-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	27/06/2007			
Órgão Julgador	Segunda Turma			
Relator	Márcio Flávio Salem Vidigal			
Revisor	Vicente de Paula Maciel Júnior			
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDUTA ANTI-SINDICAL. CARACTERIZAÇÃO. O comportamento do empregador é anti-sindical todas as vezes que esteja em confronto com normas imperativas destinadas a tutelar de forma direta e imediata o exercício da atividade do sindicato da categoria profissional e ofenda os direitos de representação conferidos à entidade, seja qual for o meio utilizado pela empresa que revele o propósito de coibir a atuação livre e legal do sindicato. Nessa linha, caracteriza-se como anti-sindical a conduta do empregador dirigida à oposição das decisões da assembléia da categoria, na tentativa de frustrar a vontade coletiva dos trabalhadores extraída de forma legítima daquele órgão representante máximo da organização e detentor legal de poderes de deliberação dos empregados da classe, em atitude de afronta ao princípio da liberdade sindical consagrado na Convenção n. 98 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, adotado pelo artigo 8o. da Constituição da República e assegurado no artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, com as prerrogativas inerentes à sua efetivação.</p>				

Processo	00824-2006-152-03-00-4 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	19/05/2007			
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Relator	Júlio Bernardo do Carmo			
Revisor	Convocado Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto			
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MPT - SUPRESSÃO DE DIREITO TRABALHISTA ASSEGURADO NA CLT PELA VIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA - VEDAÇÃO DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO PARA VINDICAR A QUITAÇÃO DA VERBA - PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL - INDEFERIMENTO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA POR CERCEIO DE DEFESA - ACOLHIMENTO. A decisão atacada parte da premissa de que as partes envolvidas na negociação coletiva, primeiro e segundo requeridos, encontram-se em uma posição de plena igualdade de forças, o que, à míngua de apuração dos fatos narrados na exordial, em face do indeferimento da produção de prova oral constitui, com a devida vênia, verdadeira quimera. Ora, se nem o ente sindical, tem a coragem, em que pese venha solicitando há algum tempo a exclusão da cláusula em foco dos instrumentos de negociação coletiva conforme confessado na sua defesa, muito menos o terá o trabalhador individualmente de questionar o pactuado, sob pena de vir a ter o seu contrato de trabalho rescindido de forma unilateral, como alegado pelo MPT, principalmente se considerarmos, ainda, o elevado índice de desemprego nacional e a possibilidade de não poder vir a ser				

recontratado. O trabalhador tem família, necessita do seu salário ao final do mês, que, ademais, tem evidente caráter alimentício e dignifica o homem. É natural, portanto, que consinta (aparentemente) por medo, ante a aventada pressão patronal. Lado outro, o sindicato, por sua vez, também deve ter os seus motivos para assim agir. Considerando a guerra de incentivos fiscais que grassa entre os Estados-Membros deste país, com a dação de incontáveis incentivos e renúncias fiscais (doação de terrenos para a instalação de indústrias; isenção de pagamento de impostos nos primeiros anos de instalação da empresa; etc) tem o empregador a força (aliás, em condições normais, já a possui também) para, se contrariado na sua pretensão (não pagamento das horas de trânsito, no particular), de aventar a possibilidade de transferir a sua empresa de um Estado-Membro para outro, ou mesmo, para um outro país, onde os salários são ainda mais baixos que os nossos (v.g., a China e o novo eldorado, o Vietnã). Sem falar na hipótese de uma dispensa em massa de seus empregados. O Juiz do Trabalho, por motivos óbvios, mais do que qualquer um outro membro do Poder Judiciário, ao dizer o Direito aplicável no caso concreto tem o dever de analisar os fatos dessa natureza, sob pena de retrocedermos ao tempo do início da Revolução Industrial na Inglaterra, onde os empregados praticamente não tinham direitos, porém, muitos deveres. E a apuração do fato, grave, narrado na vestibular (qual seja, a vedação, ao sindicato, de postular coletivamente o pagamento das horas de transporte e a impossibilidade (pela ameaça implícita de ruptura contratual como alega o Parquet) do empregado vindicar individualmente o seu direito), dependia, como assevera o MPT no seu apelo, de produção de prova oral. Do contrário, o fato em apuração - a eventual negação do direito à remuneração das horas itinerárias durante a vigência do contrato de trabalho pelo empregado, direito que lhe é reconhecido pelas normas trabalhistas perdurará, configurando, ainda, a se comprovar o alegado, verdadeira lesão ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. A prova não diz respeito tão-somente ao magistrado de primeiro grau que presidiu a audiência de instrução, mas também aos que têm assento no Tribunal Regional e, ainda, conforme o caso, aos Ministros do Colendo TST e do Excelso STF, com o agravante de que nas Cortes Superiores situadas no Distrito Federal, vedado é o reexame da matéria fática. É conditio sine qua non, pois, o efetivo esclarecimento dos fatos. Este Desembargador Relator, portanto, não se sente em condições de efetuar a entrega da tutela jurisdicional em sua plenitude, direito de todos os jurisdicionados e dever do Juiz, uma vez que entendo que para o desate da questão controvertida era imprescindível a formulação das quatro perguntas a serem dirigidas ao presidente do sindicato, indeferidas na audiência de instrução. E, em reforço, o magistrado, ao indeferir a formulação das perguntas que pretendiam provar justamente a impossibilidade do ente sindical ou do empregado, individualmente, deduzir pretensão relativa à percepção das horas in itinere na constância da relação de emprego, sob pena de sumária dispensa, acabou, na sentença, decidindo desfavoravelmente à parte a quem a referida prova favorecia (em tese), ao entender, como um dos fundamentos que levaram à improcedência do pedido, que a cláusula convencional em exame não impedia o acesso ao Poder Judiciário para o auferimento de um direito trabalhista inserido na CLT,

como muito bem lembrado no recurso. Desse modo, acolho a preliminar erigida no recurso e decreto a nulidade da sentença recorrida, por cerceio de defesa, por ofensa ao estabelecido no artigo 5o., LV, CF/88, devendo os autos retornarem à origem para a produção da prova oral e para o proferimento de nova decisão, como se entender de direito.

Processo 01385-2005-024-03-00-9 RO

Data de Publicação 21/04/2007

Órgão Julgador Oitava Turma

Relator Convocado José Marlon de Freitas

Revisor Convocada Maria Cristina Diniz Caixeta

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. PENDÊNCIA JUDICIAL. Havendo pendência judicial sobre a terceirização de serviços considerada ilegal no auto de infração anteriormente lavrado pelo fiscal do Ministério do Trabalho, **o correto é a suspensão do processo no qual a empresa autuada requer a anulação daquele auto de infração, nos termos do artigo 265, IV, "a", do CPC, até que ocorra uma decisão definitiva na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho posteriormente à lavratura do auto**, cujo objeto é justamente a ilegalidade daquela terceirização de serviços questionada no mesmo auto de infração.

Processo	00605-2006-016-03-00-3 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	10/03/2007		
Órgão Julgador	Oitava Turma		
Relator	Convocada Maria Cristina Diniz Caixeta		
Revisor	Desembargadora Denise Alves Horta		
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - ATUAÇÃO IRREGULAR DE COOPERATIVA - ILICITUDE. A mera regularidade formal da Cooperativa demandada não é capaz, por si só, de elidir todo o acervo probatório aos autos coligido, indicando à sociedade a irregular atuação na simples intermediação de mão-de-obra a baixo custo. E a vedação de interferência estatal nas cooperativas (art. 5o., XVIII, da Constituição Federal), não implica em impedimento para atuação do Ministério Público, notadamente quando comprovada a gravidade da lesão aos direitos sociais consagrados pela Lei Maior, com aplicação, à hipótese, do artigo 9o. consolidado.			



1/349

Processo	01595-2005-073-03-00-7 1003	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	06/03/2007		
Órgão Julgador	Setima Turma		

Relator	Convocada Wilméia da Costa Benevides
Revisor	Desembargadora Maria Perpétua Capanema Ferreira de Melo
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE SERVIDORES PÚBLICOS. Consoante a disposição contida no artigo 37, IX, da Constituição da República, a admissão de servidor por intermédio de contrato administrativo temporário somente é admissível em caso de necessidade transitória, de excepcional interesse público. A adoção dessa modalidade de contrato administrativo fora dessa hipótese é ilegal e poderá ser coibida por intermédio de ação coletiva	

Processo	00067-2006-076-03-00-0 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	07/10/2006	DJMG	Página: 3	
Órgão Julgador	Terceira Turma			
Juiz Relator	Irapuan de Oliveira Teixeira Lyra			
Juiz Revisor	Maria Cristina Diniz Caixeta			
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COMPETÊNCIA			
<p>EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS - OBRIGAÇÃO DO EMPREGADOR DE CONTRATAR PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS - COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar Ação Civil Pública ajuizada em defesa dos direitos difusos dos portadores de deficiência, visando a instrumentalizar a acessibilidade deles ao mercado de trabalho, interferindo, direta e efetivamente, na liberdade empresarial, quanto à seleção de seus empregados, obrigando à celebração de contratos de trabalho com pessoas de tal condição, observados os requisitos previstos na legislação específica, a exemplo do que dispõe o artigo 93, incisos e parágrafos, da Lei no. 8.213, de 24.07.1991 - que, não obstante direcionada para questões previdenciárias, dispõe acerca das obrigações trabalhistas e a contratação de empregados portadores de deficiência por empresas privadas -, bem assim, na esfera regulamentar, a Instrução Normativa SIT no. 20, de 26.01.2001 - dispondo sobre os procedimentos a ser adotados pela Fiscalização do Trabalho nesse contexto - e a Portaria MTE no. 1.1199, de 28.10.2003 - normatizando a imposição de multas administrativas a esse respeito. Entendimento em contrário, levaria a negar-se vigência ao comando expresso da ordem constitucional e infraconstitucional - artigos 114, inciso IX, 129, inciso III, ambos da Constituição da República; artigo 83, inciso III, da Lei Complementar no. 75/93; artigo 82, inciso I, do CPC; artigos 1o, inciso I, e 3o. da Lei no. 7.347/85; artigo 7o. da Lei 7.853/89; artigo 93, incisos e parágrafos, da Lei no. 8.213/91, conferindo relevo ao Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, sociais, homogêneos, difusos e coletivos -, fazendo prevalecer o desrespeito a essa mesma ordem</p>				

jurídica, com autorização para que todo e qualquer segmento produtivo da sociedade, que utiliza mão-de-obra subordinada, descumpra a lei, pois livre de **ação** do Órgão legitimado, pode agir impunemente, na certeza de que mesmo vivendo num Estado democrático de direito, não está sujeito ao comando geral e cogente da lei, o que - há de se convir - é inadmissível.

Processo	01924-2006-148-03-00-9 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	23/09/2006	DJMG	Página: 16	
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Juiz Relator	Luiz Otávio Linhares Renault			
Juiz Revisor	Vander Zambeli Vale			
Tema	JORNADA TRABALHO - PRORROGAÇÃO			

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA ALÉM DA PREVISÃO LEGAL - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI - Nos termos do artigo 61, da CLT, o trabalho suplementar superior a duas horas diárias somente é permitido em caso de necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Essa norma é cogente, imperativa e traça os limites objetivos da duração da jornada de trabalho para além de uma prorrogação já tida e havida como extraordinária, restringindo-a a duas hipóteses, conforme se infere da norma supra mencionada. Dessa forma, afigura-se ilegal a exigência de trabalho além do referido limite do art. 59 - em número não excedente de duas por dia - quando demonstrado que o serviço executado não se reveste das características da necessidade imperiosa, seja: a) para fazer face a motivo de força maior; b) seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Imperioso significa o que é impreterível. Portanto, não é qualquer necessidade que autoriza a exigência do trabalho previsto nas alíneas a e b. Entende-se como força maior trabalhista todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente, sendo certo que a imprevidência empresarial exclui a razão de força maior. No caso, a previsibilidade do trabalho, absorvido pelo núcleo produtivo empresarial, afasta a idéia de força maior, inviabilizando o provimento do recurso quanto à pretensão de reforma da decisão proferida em **Ação Civil Pública**, manejada pelo Ministério Público do Trabalho, para cessar o comportamento patronal contrário à legislação trabalhista.

Processo	01681-2005-079-03-00-8 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	23/09/2006	DJMG	Página: 24	
Órgão Julgador	Oitava Turma			

Juiz Relator	Denise Alves Horta
Juiz Revisor	Márcio Ribeiro do Valle
Tema	COOPERATIVA TRABALHO - CONDIÇÕES
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA - INOBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS ELEMENTARES E CONDIÇÕES MÍNIMAS AOS TRABALHADORES - Verificando-se, nos autos, que houve a cessação das atividades empresariais e a criação de uma cooperativa, sem alteração na realidade da prestação de serviços, senão a precarização de direitos, impende obstar esse quadro mediante o deferimento de tutela inibitória, para o restabelecimento da normalidade jurídica. O cooperativismo deve se apresentar como uma via melhor, um "plus" em comparação com a relação de emprego, cabendo afastar todo o estratagema simulatório de construção cooperativa quando, na verdade, visa, tão-só, reduzir o custo da mão de obra dos pretensos associados.	

Processo	01488-2005-067-03-00-7 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	19/08/2006	DJMG	Página: 6	
Órgão Julgador	Terceira Turma			
Juiz Relator	Bolívar Viegas Peixoto			
Juiz Revisor	Antônio Gomes de Vasconcelos			
Tema	DANO MORAL COLETIVO - CONFIGURAÇÃO			
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. A prática de atos que violam direitos fundamentais dos trabalhadores, afetam a sociedade, haja vista ser do interesse de todos a observância das garantias legais para a realização do trabalho, sendo certo que o desrespeito aos valores, tão fundamentais, desencadeia um sentimento coletivo de indignação e repulsa, caracterizando-se ofensa à moral social. De fato, a valorização e a proteção ao trabalho devem nortear as relações entre empregados e empregadores, sendo importante para a sociedade a preservação de tais princípios. Não restam dúvidas de que o pedido de indenização por dano moral em decorrência a violação aos direitos coletivos e difusos encontra suporte na legislação pátria, haja vista o artigo 5o, inciso X, da CRF de 1988, bem como os artigos 186 e 927 do código Civil de 2002, sendo certo que o patrimônio moral da sociedade, assim como o do indivíduo deve ser preservado, oferecendo-se à coletividade compensação pelo dano sofrido. Portanto, comprovada a ocorrência de dano, em virtude de ato da empresa, há que se deferir a indenização postulada.				

Processo	00536-2005-135-03-00-3 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
-----------------	----------------------------------	----------------------------------	-------------------------------

Data de Publicação	23/06/2006	DJMG	Página: 6
Órgão Julgador	Primeira Turma		
Juiz Relator	Marcus Moura Ferreira		
Juiz Revisor	Maurício José Godinho Delgado		
Tema	PEDIDO - CUMULAÇÃO		
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE FAZER E EM INDENIZAÇÃO EM DINHEIRO - CUMULAÇÃO - POSSIBILIDADE - Ainda que o artigo 3o. da Lei 7347/85 mencione que a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, tal disposição não veda a cumulação de ambas as pretensões em uma só demanda, sobretudo considerando que a Lei 8.952/94, que deu nova redação ao artigo 461 do CPC, superou definitivamente tal questão ao garantir ao juiz a possibilidade de conceder a tutela específica da obrigação de fazer, determinar providências que assegurem resultado prático equivalente (art. 461, caput) e fixar indenização por perdas e danos, que se dará sem prejuízo de multa (parágrafo 1o. e 2o.). Além do mais, constatado que a pretensão indenizatória e a cominatória possuem objetivos distintos, a primeira tendo por escopo o ressarcimento de um dano já ocorrido, ao passo que a imposição de obrigação de fazer ou não fazer tem por objetivo impedir a ocorrência de danos futuros, impõe-se concluir que não há qualquer incompatibilidade na formulação de tais pedidos.</p>			

Processo	01314-2005-024-03-00-6 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	25/03/2006	DJMG	Página: 13	
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Juiz Relator	Antônio Álvares da Silva			
Juiz Revisor	Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto			
Tema	SERVIDOR PÚBLICO - ADMISSÃO - CONCURSO			
<p>EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO - CONTRATO NULO. DIRIGENTE SINDICAL E MEMBRO DA CIPA - REINTEGRAÇÃO OU INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RESPECTIVO PERÍODO DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA - IMPROCEDÊNCIA -ACORDO JUDICIAL ENTRE A RECLAMADA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, CELEBRADO NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, COM O COMPROMISSO DE NÃO SE CONTRATAR OU MANTER EMPREGADOS SEM A PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO - EFEITOS JURÍDICOS. Nos termos do Enunciado 363/TST, é nula a contratação de servidor público sem a observância da exigência contida no art. 37, II, da Constituição da República, ainda que haja, de fato, a posse da reclamante como dirigente sindical e membro da CIPA, circunstância que impede a condenação da indenização substitutiva do período da estabilidade provisória ou da respectiva reintegração.</p>				

Processo	01334-2005-000-03-00-7 MS		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	10/02/2006	DJMG	Página: 3	
Órgão Julgador	1a Secao Espec. de Dissidios Individuais			
Juiz Relator	Maurício José Godinho Delgado			
Juiz Revisor	Anemar Pereira Amaral			
Tema	MANDADO SEGURANÇA - CABIMENTO			
<p>EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - SUSPENSÃO DO ANDAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA AGUARDAR DECISÃO A SER PROFERIDA NO JUÍZO PENAL - EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À RETOMADA DO ANDAMENTO PROCESSUAL. Fere direito líquido e certo do Impetrante a suspensão do andamento de Ação Civil Pública, para se aguardar decisão a ser proferida no Juízo Penal, com fundamento no art. 935 do CCB, pelo risco de decisões contraditórias. Se a Ação Civil Pública tem por objeto o ilícito trabalhista praticado pelos empregadores contra seus empregados rurais, o seu desfecho nesta Especializada independe da tipificação do ato como ilícito penal. Ainda que tal se configure, e seja um fundamento relevante para a convicção do juiz, prevalece a regra da independência entre as instâncias penal e trabalhista, cada uma aplicando as regras de sua específica competência. Comprovadas, nos autos, a existência do ilícito trabalhista e a sua autoria, que ensejaram, inclusive, a concessão de liminar, o art. 935 do CCB não tem qualquer aplicabilidade na hipótese. Outro seria o entendimento se a infração praticada constituísse apenas ilícito penal, cujo desate tivesse de ser aguardado para a aplicação das normas trabalhistas - princípio da comunicabilidade de instâncias (ilustrativamente, art. 482, d, da CLT).</p>				

Processo	00710-2004-087-03-00-8 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	26/11/2005	DJMG	Página: 18	
Órgão Julgador	Oitava Turma			
Juiz Relator	Denise Alves Horta			
Juiz Revisor	José Miguel de Campos			
Tema	DANO MORAL COLETIVO - CONFIGURAÇÃO			
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - NÃO CONFIGURAÇÃO - Embora constatada a deficiência na observação, pela empresa, de normas de medicina, segurança e higiene do trabalho, não se pode extrair daí a existência de um sentimento coletivo de indignação, de desagrado e de vergonha capaz de ferir a "moral" da coletividade inserida nesse contexto, para efeito de indenização por dano moral coletivo. Para esse fim, o ilícito e seus efeitos devem ser de tal monta que a repulsa social seja imediata e extrapole aquela relativa ao descumprimento pelo agente transgressor de determinadas normas de conduta trabalhista.</p>				

Processo	01870-2004-000-03-00-1 AR		Ver Ementa	Ver Andamento
Data de Publicação	02/09/2005	DJMG	Página: 3	
Órgão Julgador	2a Secao Espec. de Dissidios Individuais			
Juiz Relator	Maria Lúcia Cardoso de Magalhães			
Juiz Revisor	Eduardo Augusto Lobato			

01870-2004-000-03-00-1-AR

AUTOR " MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RÉU " BEIRADA AGROPECUÁRIA S/A

EMENTA " AÇÃO RESCISÓRIA " AÇÃO CIVIL PÚBLICA " ACORDO JUDICIAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONSTATAÇÃO DE OBSERVÂNCIA OU NÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER PACTUADAS JUDICIALMENTE - 1 " Tendo as partes celebrado acordo judicial estabelecendo a possibilidade de execução da multa diária pactuada a cada vez que for constatada o descumprimento das obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo, este deve ser cumprido tal como livremente pactuado, não comportando a res judicata interpretação restritiva de forma a permitir a extinção da demanda, com o arquivamento dos autos por ter a multa decorrente dos descumprimentos até então verificados sido regularmente quitada. **2** - Esse posicionamento encontra respaldo na própria razão de ser da Ação Civil Pública, por se tratar de ação que tem por escopo a obtenção de provimento jurisdicional de natureza inibitória dos atos suscetíveis de repetição, compelindo o demandado a cessar a prática ilegal verificada, não sendo passível de qualquer limitação e, assim, também por estes fundamentos, o compromisso assumido pela ré no acordo homologado deve vigorar por prazo indeterminado, vez que uma das utilidades e objetivos da ação civil pública é o de resguardar não só direitos ou interesses difusos e coletivos presentes como também os futuros. **3** " Ação Rescisória que se julga procedente para expungir do v. acórdão rescindendo a extinção definitiva do feito, mantendo íntegro o acordo homologado de forma a possibilitar novas constatações de seu cumprimento ou descumprimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Ação Rescisória, em que figuram, como autor **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e, como réu, **BEIRADA AGROPECUÁRIA S/A**.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ajuíza Ação Rescisória contra **BEIRADA AGROPECUÁRIA S/A** visando, com fulcro no inciso IV do art. 485 do CPC, a desconstituição do acórdão de f. 29/35, proferido nos autos da reclamatória trabalhista processada perante a Vara do Trabalho de Januária, sob o no. 00388-1997-033-03-00-1.

Narra que este Regional, apreciando o agravo de petição interposto pelo MPT negou-lhe provimento, confirmando a r. decisão de 1ª instância que julgou extinta a execução, indeferindo a pretensão de possibilidade de prosseguimento da execução na hipótese de verificação de novos descumprimentos das obrigações de fazer e não fazer pactuadas no acordo judicial.

Assevera que, mesmo após a execução do valor das multas decorrentes do descumprimento verificado, as obrigações de fazer e não fazer remanescem, sendo de trato sucessivo.

Alega que a extinção da execução importou em infringência à coisa julgada consubstanciada no acordo judicial de f. 54, através do qual comprometeu-se a ré a cumprir as "obrigações de fazer e de não fazer, inseridas nos itens 3.1 e 3.2 da petição inicial, sob pena de multa diária de R\$2.000,00 por obrigação descumprida e, a cada nova constatação".

Requer, a final, a procedência da ação para desconstituir o v. acórdão, na parte que determinou a extinção do feito e, em juízo rescisório proferir novo julgamento, no sentido de expungir a determinação de extinção do feito, mantendo-se íntegro o acordo homologado, de forma a possibilitar novas constatações de seu cumprimento ou descumprimento, em respeito à coisa julgada. À causa atribui o valor de R\$50.000,00.

Com a inicial a certidão do trânsito em julgado de f. 40, o acórdão rescindendo de f. 29/35 e os documentos de f. 36/39 e 41/150.

Regularmente citada, a ré apresentou a contestação de f. 156/159, argüindo preliminar de carência de ação por se tratar de matéria controvertida nos Tribunais. Com a defesa, os documentos de f. 160/165.

Colaciona a ré às f. 170 o instrumento de procuração aos autos.

Regularmente intimados, requereu a ré a produção de prova testemunhal, pedido este indeferido às f. 172, enquanto o autor pleiteou o encerramento da instrução processual, por versar o litígio sobre matéria exclusivamente de direito, tendo sido encerrada a instrução processual e concedido prazo para apresentação de razões finais.

Razões finais pelo MPT às f. 177/191 e pela ré às f. 192/198.

Manifestação da d. Procuradoria Regional do Trabalho, às f. 200, através da Dra. Júnia Castelar Savaget, entendendo desnecessária nova manifestação do parquet, na forma do disposto no art. 83, III do RI e no Provimento 01/2005 da Corregedoria Geral do C. TST, por já estar o seu entendimento consignado na petição inicial e razões finais.

É o relatório.

VOTO

JUÍZO

DE

ADMISSIBILIDADE

Não cabimento da ação rescisória - Aplicação da Súmula 83/TST

Argüi a ré preliminar de não cabimento da ação rescisória, por versar sobre matéria de interpretação controvertida nos Tribunais.

Data venia, razão não lhe assiste, vez que a presente ação rescisória não foi ajuizada com fulcro em violação a literal dispositivo de lei (inciso V do art. 585 do CPC), mas sim sob o fundamento de violação à coisa julgada (inciso IV do art. 485 do CPC) e, assim, a preliminar não se sustenta, vez que versa sobre tema que não está inserido no pedido inicial, não integrando, via de consequência, a litiscontestação.

Rejeito.

Presentes os requisitos de admissibilidade, admito a presente Ação Rescisória.

JUÍZO

DE

MÉRITO

Artigo

485,

IV

do

CPC

O MPT ajuizou em 14.05.1997 Ação Civil Pública em face da ora ré Beirada Agropecuária S/A aduzindo ter constatado graves violações praticadas pela mesma, que inclusive tornavam seu imóvel passível de desapropriação, vez que vinha sendo utilizado de modo a reduzir trabalhadores a condição degradante, não atendendo a sua função social.

Na audiência inaugural, foi celebrado acordo, comprometendo-se a ré a cumprir as obrigações de fazer e não fazer inseridas na petição inicial, sob pena de multa diária de R\$2.000,00 por obrigação descumprida e a cada nova constatação verbis:

"a reclamada compromete-se a cumprir as obrigações de fazer e não fazer inseridas nos itens 3.1 e 3.2 da petição inicial, sob pena de multa diária de R\$2.000 por obrigação descumprida, e a cada nova constatação." (f. 54)

Constatado o descumprimento do acordo, iniciou-se o processo de execução da multa devida em 1998, tendo este se desenrolado até ser proferida a decisão de f. 36/56 em 12.08.02, que fixou o valor da multa, determinando a comprovação de seu recolhimento em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT. Comprovado o recolhimento, determinou, ainda, fossem os autos conclusos para extinção da execução, rejeitando, assim, a tese do ora autor de que mesmo após a execução do valor das multas decorrentes do descumprimento verificado, as obrigações de fazer e não fazer remanescem, sendo de trato sucessivo, por considerar que "tal entendimento importaria na eternização do processo, sendo certo que a idéia de lide interminável não se compadece com o ordenamento jurídico. Uma vez "zeradas" as pendências que deram origem à ACP e, conseqüentemente, ao acordo (que se executa), impõe-se por fim à execução".

Contra esta decisão opôs o MPT agravo de petição, tendo este Regional, através do acórdão de f. 29/35, confirmado a r. decisão, verbis:

"Por outro lado, não pode o Ministério Público pretender, em sede de execução que se estenda no tempo, a ponto de eternizar-se, o provimento ou a tutela jurisdicional obtida, de forma como vem postulando neste feito de ação civil pública.

Ora, a causa de pedir foi certa e delimitou o pedido em razão de determinadas irregularidades apuradas em procedimento prévio, sendo que o acordo foi feito em torno daquela situação. Impossível respaldar-se, na execução, a eternização do processo e da jurisdição, ainda que se trate, o objeto do título judicial exeqüendo, de obrigações de fazer e de não fazer, até porque não há justiça de exceção para quem quer que seja, nem se pode retirar-lhe o direito à ampla defesa e ao contraditório". (f. 34)

Contra esta decisão, ajuíza o MPT a presente ação rescisória, alegando que o v. acórdão rescindendo violou a coisa julgada, já que o acordo judicial determinou o pagamento de multa diária por obrigação descumprida e a cada nova constatação.

Assiste-lhe

razão.

O acordo celebrado entre as partes, devidamente homologado, e que transitou livremente em julgado, expressamente estabeleceu a possibilidade de pagamento de multa diária a cada vez que for constatada o descumprimento das obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo.

Assim, cabível tão somente o cumprimento da res judicata, não comportando esta interpretação restritiva de forma a permitir a extinção da demanda, com o arquivamento dos autos por ter a multa decorrente dos descumprimentos até então verificados sido regularmente quitada.

O fato dos termos do acordo permitir, em tese, a projeção seus efeitos indefinidamente no futuro, não traduz motivo suficiente para a infringência à coisa julgada, vez que as próprias partes, quando livremente se compuseram, assim dispuseram, conferindo-lhe natureza sucessiva.

Não há, ainda, que se falar na possibilidade de violação ao direito constitucional de defesa da ré, na hipótese do MPT constatar a ocorrência de infringências às obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo, vez que, em tal hipótese, como o foi no processo de execução que se encerrou, a legislação lhe assegura o mais amplo direito de defesa, com a utilização de todos os recursos cabíveis para a defesa de seus direitos e interesses.

Importante ressaltar que este posicionamento encontra respaldo na própria razão de ser da Ação Civil Pública, por se tratar de ação que tem por escopo a obtenção de provimento jurisdicional de natureza inibitória dos atos suscetíveis de repetição, compelindo o demandado a cessar a prática ilegal verificada, não sendo passível de qualquer limitação.

Somente na hipótese de verificação de descumprimento de obrigações de fazer e não fazer que não foram objeto da ACP é que haveria a necessidade de ajuizamento de nova Ação Civil Pública.

O entendimento adotado pelo v. acórdão rescindendo, em última análise, importaria na necessidade de ajuizamento de tantas ações civis públicas quantas forem as constatações de descumprimento das obrigações, onerando e sobrecarregando ainda mais o judiciário trabalhista.

Frise-se, por importante, que o compromisso assumido pela ré no acordo homologado deve vigorar por prazo indeterminado, vez que uma das utilidades e objetivos da ação civil pública é o de resguardar não só direitos ou interesses difusos e coletivos presentes como também os futuros.

Nesse sentido, acórdão no. 00039.732/98-3-AP, oriundo do TRT da 4ª Região da i. lavra do Juiz Álvaro Davi Boessio, publicada no DJ de 19.06.00:

"EMENTA: ASTREINTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Possibilidade de apresentação de valores suplementares à execução promovida, tratando-se de relação continuada. Agravo de petição que se dá provimento.

(...)

ASTREINTE. PENA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ELASTECIMENTO DA EXECUÇÃO.

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de Antecipação de Tutela, fundada em denúncia de várias irregularidades apuradas pelo órgão de fiscalização do Ministério do Trabalho, apuradas em face da requerida Catedral Empresa de Transporte de Passageiros Ltda. No petitório da ação, pleiteou facere negativo por parte da empresa, no sentido desta se "abster de": manter trabalhadores sem registros, satisfazer as parcelas rescisórias e conceder férias após o prazo de lei, prorrogar jornada de trabalho além do limite legal ou fixado em instrumento coletivo, dentre outros. Sucessivamente, para a hipótese de descumprimento do pedido principal, requereu fosse cominada multa na ordem de 1.000 UFIRs por infração e por trabalhador flagrado em situação irregular, reversível ao FAT. As partes, na audiência da ata de fl. 45, compuseram o litígio, comprometendo-se a requerida a atender todos os itens pedidos, sob pena de incidência da multa postulada. Descumprido o acordo judicial, pela perpetração das irregularidades apontadas na peça inicial, aplicou-se à empresa a sanção pecuniária prevista, a qual resultou na penhora de que se tem notícia à fl. 62 dos autos. Ato contínuo, para satisfação da execução, foi autorizado o leilão judicial, fl. 69. A este tempo, contudo, nova manifestação do Ministério Público do Trabalho veio comunicar permanecer a requerida descumprindo os termos da conciliação, razão da solicitação de nova sanção pecuniária. O requerimento foi indeferido pelo juízo da execução, fl. 86 (carmim), ao argumento de esgotada a possibilidade de se acrescerem novos valores àqueles já em execução, "tendo se exaurido a jurisdição com respeito à conciliação homologada pelo Juízo, que não produz efeitos ao infinito, em se tratando de relação de trato continuado". Inconformado com esta decisão, submete o requerente a questão ao IIº Grau de Jurisdição. Ressalta o caráter preventivo do provimento perseguido na peça inicial, com vista a coibir ilegalidade que se perpetua. Elege o sistema das "astreintes" como o remédio por excelência para obrigar ao adimplemento o devedor de obrigação de fazer ou não fazer, donde não se pretender no presente processo "acrescer" valor à condenação, mas tão-somente obter cumprimento da obrigação assumida pela empresa, mediante acordo.

É de se acolher o apelo. Com efeito, tratando-se de relação continuada como a retratada na peça inicial, e não delimitada a medida temporal em que a pena pecuniária foi requerida, usualmente "por dia de infração", cumpre dar provimento ao recurso da Procuradoria Regional do Trabalho para determinar o regular processamento da execução da multa pelo descumprimento de obrigação de não fazer, com previsão em acordo judicial de fl. 45.

A ausência de tal parâmetro no pedido e, ainda, no título judicial a partir daí formado, tornou a multa exigível "ad perpetuum" no presente processo, em face da perpetração das irregularidades que lhe deram causa. Além disso, a aplicação da astreinte prevista no título judicial reporta-se a fatos com apuração cognitiva nos autos, não necessitando para sua nova cominação nova investigação, em outro processo.

A cominação de astreintes é o meio eficaz para coagir o réu a cumprir com a obrigação de fazer descumprida; a jurisdição na execução não se esgotou na cominação da pena pecuniária cujos cálculos foram apresentados pelo Ministério Público do Trabalho às fls. 50-51.

Razão pela qual, dá-se provimento ao agravo de petição para determinar o regular processamento da execução, na forma requerida na peça de fls. 71-73 (carmim) dos autos".

Pelo exposto, conheço da ação rescisória e, no mérito, com fulcro no disposto no inciso IV do art. 485 do CPC, julgo-a procedente, para desconstituir parcialmente o acórdão proferido nos autos do processo no. 00388-1997-083-03-00-1-AP (TRT/AP/6890/02) no que diz respeito à determinação de extinção definitiva do feito e, em novo julgamento, dar provimento parcial para expungir a determinação de extinção do feito, mantendo íntegro o acordo homologado, por se tratar de relação continuada, de forma a possibilitar, no futuro, novas constatações p Pelo exposto, conheço da ação rescisória e, no mérito, com fulcro no disposto no inciso IV do art. 485 do CPC, julgo-a procedente, para desconstituir parcialmente o acórdão proferido nos autos do processo no. 00388-1997-083-03-00-1-AP (TRT/AP/6890/02) no que diz respeito à determinação de extinção definitiva do feito e, em novo julgamento, dar provimento parcial para expungir a determinação de extinção do feito, mantendo íntegro o acordo homologado, por se tratar de relação continuada, de forma a possibilitar, no futuro, novas constatações pelo MPT de seu cumprimento ou descumprimento.

CONCLUSÃO

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO da Terceira Região, em Sessão Ordinária (da 2ª SDI), por unanimidade, rejeitou a preliminar argüida em defesa, admitiu a ação rescisória; no mérito, por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juízes Revisor, Heriberto de Castro, Lucilde D"Ajuda Lyra de Almeida e Ricardo Marcelo Silva, julgou-a procedente para desconstituir parcialmente o acórdão proferido nos autos do processo no. 00388-1997-083-03-00-1-AP (TRT/AP/6890/02) no que diz respeito à determinação de extinção definitiva do feito e, em novo julgamento, dar provimento parcial para expungir a determinação de extinção do feito, mantendo íntegro o acordo homologado, por se tratar de relação continuada, de forma a possibilitar, no futuro, novas constatações pelo MPT de seu cumprimento ou descumprimento. Custas, pela ré, no importe de R\$1.000,00, calculadas sobre R\$50.000,00, valor atribuído à causa na inicial.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2005.

JÚLIO BERNARDO DO CARMO
JUIZ PRESIDENTE

MARIA LÚCIA CARDOSO DE MAGALHÃES
JUÍZA RELATORA

Processo	00576-2005-105-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	31/08/2005	DJMG	Página: 12	
Órgão Julgador	Segunda Turma			
Juiz Relator	João Bosco Pinto Lara			

Juiz Revisor	Hegel de Brito Boson
Tema	PROVA - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONTESTAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA PROVA - O ICP COMO PROVA ÚNICA - INADMISSIBILIDADE. Se ante a propositura de ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho, fundada em inquérito civil público (ICP) realizado sob os seus auspícios, vem a empresa ré e contesta os fatos postos na inicial e, além disso, faz expressa impugnação do conteúdo dos documentos que lhe acompanham com a reverberação de que não reconhece como verdadeiro o que eles buscam revelar, impõe-se ao Órgão Ministerial fazer a prova inconcussa de suas alegações sob o crivo do contraditório judicial. É inadmissível, nesta circunstância e nesta modalidade de ação, que se tome o inquérito como prova única e exclusiva para o fim de julgar e condenar o réu, sob pena de violação do elevado princípio constitucional do devido processo legal.</p>	

Processo	00374-2004-035-03-00-4 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	25/08/2005	DJMG	Página: 10
Órgão Julgador	Sexta Turma		
Juiz Relator	João Bosco de Barcelos Coura		
Juiz Revisor	Fernando Antonio Viegas Peixoto		
Tema	OBRIGAÇÃO FAZER - COMINAÇÃO PENA		
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - MEDIDA SALUTAR. A imposição de multa por descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, autorizada por vários dispositivos legais, dentre eles, o art. 11 da Lei n. 7.347/85, é medida que se mostra salutar, em razão da sua eficácia moralizadora. Influindo psicologicamente no ânimo do devedor, funciona como meio coercitivo para o adimplemento da obrigação imposta no título judicial, especialmente quando apenas o devedor a pode satisfazer, pois se não cumpre, vê consumir-se o seu patrimônio e se se conduz em conformidade com o comando judicial, por nada precisa responder.</p>			
Processo	00102-2005-000-03-00-1 MS	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	20/05/2005	DJMG	Página: 2
Órgão Julgador	1a Secao Espec. de Dissidios Individuais		
Juiz Relator	Rodrigo Ribeiro Bueno		
Juiz Revisor	Paulo Roberto de Castro		
Tema	MANDADO SEGURANÇA - CABIMENTO		
<p>EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR DEFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA DETERMINANDO A PARALISAÇÃO DAS MÁQUINAS (PRENSAS) QUE NÃO ESTIVESSEM DOTADAS DE TODOS OS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PREVISTOS EM PROGRAMA DE PREVENÇÃO. Deve ser cassada a liminar</p>			

concedida em **ação civil pública** que determina a paralisação das máquinas (prensas) da requerida (impetrante) que não estivessem dotadas de todos os dispositivos de segurança previstos em Programa de prevenção de Riscos em Prensas e Similares - PPRPS -, previsto em acordo coletivo, se o próprio PPRPS possui cronograma próprio para a instalação dos equipamentos de segurança, além do que interdição incontinenti das prensas da impetrante que não estivessem devidamente dotadas dos dispositivos de segurança, capazes de assegurar a efetiva proteção à integridade física do operador, pode gerar a paralisação de parte do seu parque industrial, comprometendo seriamente os contratos de fornecimento, colocando em risco não só a atividade dela (impetrante), como também pode gerar a dispensa de vários de seus empregados, inclusive de forma indireta, isto no que diz respeito a empregados das empresas ligadas à impetrante por força de contrato, sobretudo os fornecedores. Mandado de segurança ao qual concedo a segurança a fim de cassar a liminar concedida nos autos da **ação civil pública**.

Processo	00278-2004-088-03-40-6 AI		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	29/04/2005	DJMG	Página: 5	
Órgão Julgador	Primeira Turma			
Juiz Relator	Marcus Moura Ferreira			
Tema	ALÇADA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA			

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA INFERIOR AO DOBRO DO MÍNIMO LEGAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INAPLICABILIDADE DO ART. 2o., PARÁG. 4o. DA LEI 5584/70. A Lei 5584/70 regulamenta os dissídios individuais, como se vê do caput do seu art. 2o., dispondo, no parág 4o., que não caberá nenhum recurso das sentenças proferidas nos dissídios de alçada a que se refere o seu parág. 3o. Entretanto, tal não se aplica às ações civis públicas ou à cautelar de exibição de documentos interposta com o objetivo de prepará-la. Estas visam preservar os direitos difusos ou coletivos, a defesa do meio ambiente, do consumidor, dos bens de valor artístico, estético, histórico ou paisagístico, tendo sido instituídas pelo legislador exatamente com o fito de preservar aqueles direitos que dizem respeito a todo um segmento da população ou mesmo às gerações futuras, mas nunca um direito individual. Portanto, não se caracterizando como dissídios individuais, não se lhes aplica a Lei 5584/70.

Processo	00569-2003-027-03-00-9 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	26/04/2005	DJMG	Página: 18	
Órgão Julgador	Setima Turma			
Juiz Relator	Wilméia da Costa Benevides			
Juiz Revisor	Paulo Roberto de Castro			

Tema	MULTA - DIÁRIA
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. A multa fixada para o caso de descumprimento das obrigações de fazer deferidas em sentença são consideradas astreintes, previstas nos art. 461, parágrafo 4o., e 644, do CPC. Não visam substituir a obrigação, em si, mas a impor multa pelo seu descumprimento. Pelo escopo a que visa, não pode ser fixada apenas formalmente, eis que deve ter valor eficiente a forçar o cumprimento da obrigação. Não se confunde, tampouco, com a cláusula penal prevista nos art. 408 e seguintes do CCB de 2002 (art. 921 e ss do CCB de 1916), que visa o ressarcimento do credor, em caso de descumprimento de obrigação. Se a referida multa fora aplicada corretamente, guardando coerência com o bem cuja pretensão se deduz em juiz, nenhuma alteração no julgado "a quo" se impõe.</p>	

Processo	00844-2004-044-03-00-0 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	16/04/2005	DJMG	Página: 3	
Órgão Julgador	Terceira Turma			
Juiz Relator	Paulo Roberto Sifuentes Costa			
Juiz Revisor	Maria Lúcia Cardoso de Magalhães			
Tema	TERCEIRIZAÇÃO - LICITUDE			
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA - ATIVIDADE-FIM - PRETENSÃO INIBITÓRIA - Não há como atribuir caráter periférico à atividade de descarregamento e separação de botijões vazios, ainda que de outras marcas, no contexto de uma empresa cujo objeto social é a "manipulação, estocagem, engarrafamento, transporte, distribuição, comércio, importação e exportação de sub-produtos da refinação de petróleo, especialmente gás liquefeito". Sabe-se da experiência comum (art. 335/CPC) que, na comercialização de botijões de gás aos consumidores em geral, e especialmente os residenciais, as empresas sempre levam o botijão vazio, substituindo-o por outro cheio, cobrando apenas o valor referente ao preço do gás em si. Ora, se praticamente toda venda implica o carregamento do botijão vazio, a atividade empresária não subsistirá se não tiver empregados permanentemente encarregados de lidar com estes botijões vazios. Em sendo ilícita a terceirização, nos termos da jurisprudência sedimentada no Enunciado 331, III, do TST, procede a pretensão inibitória para que a ré abstenha-se de tal prática (art. 11 da Lei 7.347/85).</p>				

Processo	00513-2004-024-03-00-6 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	12/04/2005	DJMG	Página: 15
Órgão Julgador	Setima Turma		
Juiz Relator	Rodrigo Ribeiro Bueno		

Juiz Revisor	Wilméia da Costa Benevides
Tema	COOPERATIVA TRABALHO - ATIVIDADE - LICITUDE
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COOPERATIVA - FRAUDE -- O conceito de cooperativa no sentido de ser uma associação de pessoas objetivando a mútua contribuição com bens ou serviços em prol de uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro, não se faz presente no caso, muito menos o objetivo precípua da cooperativa que é o de prestar serviços aos seus associados, conforme preceitua os artigos 3o, 4o e 7o da Lei 5764/71. Na realidade, tornou-se visível que a mão-de-obra fornecida era explorada com outros objetivos, quicá com o propósito de se eximir de certas responsabilidades trabalhistas ou visando o lado econômico, como se fossem os trabalhadores que foram locados uma mercadoria, o que não se admite, eis que tal situação não se familiariza ao sistema de cooperativismo ou ao fenômeno da terceirização de atividades- fim da tomadora da mão-de-obra, previstos no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, não pairando dúvida de que flagrante a ilegalidade na real situação enfrentada por estes trabalhadores, não lhes tendo sido assegurado os direitos constitucionais mínimos, tal situação coletiva deve ser enfrentada, de forma efetiva, razão pela qual outra alternativa não resta senão a de manter a r. sentença que coíbe a Cooperativa de perpetuar nesta prática.</p>	

Processo	01267-2004-113-03-00-4 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	31/03/2005	DJMG	Página: 12
Órgão Julgador	Sexta Turma		
Juiz Relator	Ricardo Antônio Mohallem		
Juiz Revisor	Olívia Figueiredo Pinto Coelho		
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE ATIVA		
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. ART. 6o. DO CPC. O direito de pleitear a melhoria das condições de segurança nas casas lotéricas, em razão do desempenho de funções bancárias, é do sindicato profissional representativo dos empregados de tais estabelecimentos e não do sindicato dos empregados de empresas de segurança e vigilância. Conseqüentemente, não há adequação entre o sujeito demandante e o objeto da lide, simplesmente porque não é o autor o titular do interesse afirmado na pretensão.</p>			

Processo	01276-2004-000-03-00-0 AR	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	18/03/2005	DJMG	Página: 4
Órgão Julgador	2a Secao Espec. de Dissidios Individuais		
Juiz Relator	Eduardo Augusto Lobato		
Juiz Revisor	Rogério Valle Ferreira		

Tema	MINISTÉRIO PÚBLICO - ATUAÇÃO
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM 1a. INSTÂNCIA - DESNECESSIDADE DE NOVO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. Emitido parecer pelo d. MPT, em Primeiro Grau de Jurisdição, proferida a sentença e apresentados recursos pelas partes e, após, remetido o feito para a Procuradoria do Trabalho, não há que se cogitar em nova remessa dos autos ao i. Parquet para novo parecer, mormente quando ele próprio informa que não interporá recurso uma vez que a parte voluntariamente já o fez, tratando da matéria afeta ao interesse público, o que induz na sua concordância com os fundamentos do apelo.</p>	

Processo	00574-2004-006-03-00-1 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	12/03/2005	DJMG	Página: 9	
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Juiz Relator	Caio L. de A. Vieira de Mello			
Juiz Revisor	Antônio Álvares da Silva			
Tema	COMPETÊNCIA - RAZÃO DA MATÉRIA			
EMENTA: "COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DA MATÉRIA. SEGURANÇA BANCÁRIA. Havendo a Ação Civil Pública sido ajuizada na defesa dos interesses coletivos dos bancários, visando à instalação de portas giratórias nas agências da Reclamada no Estado do Espírito Santo, tem-se como competente esta Justiça Especializada. De acordo com o art. 6-o, da Lei n-o 7.102/83, compete ao Banco Central apenas verificar a existência da mínima segurança necessária ao funcionamento das instituições bancárias. "In casu", o Sindicato está postulando mais que a segurança mínima, está pedindo a instalação de equipamentos que forneçam uma maior segurança aos bancários, ou seja, está pretendendo garantir maior proteção aos empregados do banco, em face dos frequentes assaltos no país e do risco a que estão sujeitos os trabalhadores que exercem as suas atividades nas agências. O fato de a norma de segurança destinada aos trabalhadores gerar efeitos benéficos também para terceiros, isto é, para os clientes do banco e para os que dele se utilizam, não exclui a competência da Justiça do Trabalho, como é o caso das normas que visam assegurar higiene, iluminação e refrigeração no local de trabalho. Embargos conhecidos e providos" (SBDI-I/E-RR-405137/1997 - D.J. de 06/09/2000 - Rel. Min. Rider de Brito).				

Processo	00274-2004-088-03-00-3 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	04/03/2005	DJMG	Página: 4
Órgão Julgador	Primeira Turma		
Juiz Relator	Maria Laura Franco Lima de Faria		

Juiz Revisor	Rosemary de Oliveira Pires
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE ATIVA
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. Não só o Ministério Público do Trabalho, como também os Sindicatos estão legitimados para propor ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho. Isso porque o art. 129, parágrafo 1o., da Constituição da República, claramente estabelece que "a legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas naquele artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei". E o art. 8o., inciso III, dispõe que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas". Destarte, em se tratando de ação movida para compelir a empregadora a observar o intervalo intrajornada mínimo de uma hora previsto no art. 71 da CLT, há que se reconhecer a legitimidade do Sindicato representante da categoria profissional, que aqui atua na defesa de direito coletivo dos trabalhadores sujeitos ao cumprimento de jornada superior a seis horas.</p>	

Processo	00486-2002-056-03-00-4 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	27/11/2004	DJMG	Página: 5	
Órgão Julgador	Terceira Turma			
Juiz Relator	Paulo Araújo			
Juiz Revisor	Paulo Roberto Sifuentes Costa			
Tema	TERCEIRIZAÇÃO - LICITUDE			
<p>TERCEIRIZAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. A empresa Ré está sendo aqui fustigada pelo Ministério Público do Trabalho, ao fundamento de praticar terceirizações por ele consideradas ilícitas, "causando danos à sociedade e aos trabalhadores, pela fraude perpetrada contra a organização do trabalho, através da qual sonegou benefícios, direitos e vantagens aos obreiros e encargos fiscais; previdenciários e fundiários à sociedade brasileira". Trata-se de empresa dedicada ao plantio de árvores para produção de carvão siderúrgico. Executa a produção do carvão, por si, através de sistemas informatizados, delegando a terceiros as atividades transporte interno de madeira, do local de corte para o de queima, realizadas por motoristas que são os donos dos caminhões e levam seus ajudantes; limpeza dos locais, quanto aos resíduos e sobras, de madeiras, terras, tocos, pedaços não queimados etc; vedação dos fornos com argila (barrelação); carga do carvão produzido nas carretas que irão conduzi-las às usinas, feita por transportadora proprietária de pá-carregadeira mecânica; plantio dos eucaliptos: (conduzir, plantar, adubar e irrigar as mudas nos seus locais definitivos); corte de árvores (derrubar e cortar galhos e tronco, com moto-serra); tratoramento de áreas; transporte de empregados que não possuem transporte próprio; fornecimento de refeições aos empregados. Delega ainda a</p>				

produção de carvão para uso doméstico (churrasqueiras), feitos em fornos pequenos, pelo método convencional, com o carvão residual e impróprio para sua atividade-fim, que é o siderúrgico. A **ação** foi julgada procedente em parte no primeiro grau, ao fundamento de que toda terceirização, excluídas apenas aquelas toleradas por jurisprudência sumulada, implica em retrocesso ao sistema social de proteção aos direitos dos trabalhadores e, por isso, é intolerável.

A Turma, por maioria, vencido o Relator, fixou que há competência da Justiça do Trabalho para conhecer integralmente da **ação** e do pedido, inclusive na parte em que pretende discutir "sonegação de encargos fiscais; previdenciários e fundiários à sociedade brasileira", uma vez que a competência do Ministério Público para a **ação civil pública** é abrangente desses itens. Também por maioria, vencido igualmente o relator, manteve a permissão para terceirizar as atividades de transporte de empregados, fornecimento de alimentação e faxina nos escritórios, proibindo as demais, ao fundamento de que sendo o objeto social da empresa o florestamento e reflorestamento e a compra e venda de carvão vegetal e seus subprodutos, deixou claro que somente ela pode executá-lo, à luz do inc. III do Enunc. 331-TST.

Sendo fundamento do voto vencido do Relator que não se pode, nem se deve, impedir as empresas de buscarem no mercado da comunidade onde se instalam os motoristas donos dos próprios veículos e das motoserras, por exemplo, entre outros, que têm nisso o seu ganha-pão e dependem dos fretes que logrem obter para sobreviver, pagar seus auxiliares e fazer girar a economia local, para obrigá-las a criarem e manterem frotas de veículos e de ferramentas, com todos os percalços que isso acarreta, de quadro de funcionários especializados (motoristas, ajudantes, mecânicos, administrativos), gerenciando por si mesma - em detrimento da sua concentração na produtividade maior do produto final - questões de combustíveis, abastecimentos, manutenção, licenciamentos, compras, depósito e almoxarifado de auto-peças etc.

O que se coíbe, pois, nunca é a atividade lícita da terceirização, mas a conduta indigna dos empresários gananciosos que vêm nela uma porta aberta para fraudes trabalhistas, fiscais, mercantis, contra credores e fornecedores etc e sob a capa de legalidade e moralidade interpõem uma pessoa inexpressiva e sem idoneidade econômica entre si e o trabalhador, sonegando e vilipendiando os direitos deste. O contrário ofende frontalmente os cânones constitucionais da livre iniciativa, da capacidade de auto-organização e do direito de não ser impedido de fazer tudo aquilo que a lei não proíba e não ofenda quaisquer princípios legais.

Processo	00292-2004-112-03-00-4 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	13/11/2004	DJMG	Página: 8	
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Juiz Relator	Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto			
Juiz Revisor	Caio L. de A. Vieira de Mello			

Tema	DANO MORAL COLETIVO - INDENIZAÇÃO
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. DANOS MORAIS COLETIVOS. A evolução do dano moral no nosso sistema jurídico permite, atualmente, com base na Constituição brasileira e nas leis que regulamentam a tutela coletiva, a condenação pertinente à reparação dos danos morais coletivos. Busca-se, com essa indenização, oferecer à coletividade de trabalhadores uma compensação pelo dano sofrido, atenuando, em parte, as consequências da lesão, como também visa a aplicar uma sanção pelo ilícito praticado. A indenização deve ser revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador (art. 13, da Lei n-o 7.347/85), em razão de este ser destinado ao custeio de programas assistenciais dos trabalhadores.	

Processo	01267-2003-007-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	23/10/2004	DJMG	Página: 20	
Órgão Julgador	Oitava Turma			
Juiz Relator	Heriberto de Castro			
Juiz Revisor	Maria Stela Álvares da Silva Campos			
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO			
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITOS E INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. O artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor, parágrafo único, bem define o conceito de interesses coletivos e difusos, assim como os individuais homogêneos. No presente caso, o Ministério Público do Trabalho, com base na Lei Complementar 75/93, inciso III, busca proteger, segundo alegado na inicial, interesse coletivo (dos trabalhadores que se encontram na condição de "terceirizados", prestando serviços por intermédio de empresas interpostas, que atuam ilicitamente) e interesse difuso (de todos aqueles trabalhadores em potencial, que possam ser arregimentados pelas empreiteiras para a prestação de serviços naquelas idênticas condições). Portanto, o que se pretende impedir é apenas a terceirização ilícita, não se referindo o Ministério Público do Trabalho àquelas contratações terceirizadas regulares. Constatada a existência de interesses difusos e coletivos a serem tutelados, em prática de terceirizações ilícitas pela primeira reclamada, outra não pode ser a solução, senão a procedência da Ação Civil Pública.</p>				

Processo	00813-2002-017-03-00-5 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	20/08/2004	DJMG	Página: 7
Órgão Julgador	Primeira Turma		
Juiz Relator	José Eduardo de Resende Chaves Júnior		
Juiz Revisor	Márcio Flávio Salem Vidigal		

Tema	COISA JULGADA - EFEITO
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EFEITOS DA COISA JULGADA - REVOGAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 7.347/95 - INADEQUAÇÃO SISTEMÁTICA E INCOMPATIBILIDADE DOGMÁTICA - A decisão proferida em Ação Civil Pública faz coisa julgada erga omnes e ultra partes, limitadamente ao grupo, categoria ou classe atingida, independentemente de se localizarem fora da competência territorial do órgão prolator, nos termos do parágrafo único do artigo 2o. da Lei 7.347/95, que revogou, por incompatibilidade, o artigo 16 do mesmo estatuto legal - inteligência do par. 1o. do art. 2o. da Lei de Introdução do Código Civil. A alteração legislativa do artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública, levada a efeito pela Lei 9.494/97, é absolutamente assistemática, e até incompatível com o complexo normativo de defesa dos direitos transindividuais, cuja tutela desafia, ao revés, abordagem holística e isonômica. Fragmentar a tutela coletiva significa retroceder todo o sistema, e incutir no seio da ação coletiva os ranços individualistas, que, com muito custo, a ciência contemporânea do processo procura transcender. O mencionado artigo 16 se revela incompatível inclusive com a própria dogmática interna da Lei 7.347/85, mormente após a alteração legislativa posterior à da Lei 9.494/97, qual seja, a da Medida Provisória 2.180-35/2001, cujo escopo se justifica à vista da própria pragmática da ação coletiva, já que se em sede individual mero temor ne varie dicetur não impõe a formação nem mesmo de listisconsórcio, sendo, dessa forma, admissível, em tese, o conflito lógico entre decisões, no plano coletivo, ao contrário, o caráter erga omnes do julgado impõe maiores cuidado, preocupação e cautela com a isonomia de tratamento entre os beneficiados pela tutela judicial.</p>	

Processo	01209-2003-100-03-00-3 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	15/07/2004	DJMG	Página: 13
Órgão Julgador	Sexta Turma		
Juiz Relator	João Bosco Pinto Lara		
Juiz Revisor	Maristela Iris da Silva Malheiros		
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SEGREDO JUSTIÇA		
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGREDO DE JUSTIÇA. FALTA DE JUSTIFICATIVA. Ainda que a matéria discutida em sede de Ação Civil Pública possa repercutir para além dos limites em que se circunscrevem as pretensões deduzidas pelas partes, não se justifica que o feito corra sob segredo de justiça, pela própria finalidade e natureza da presente ação.</p>			

Processo	01856-2001-109-03-00-0 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	23/09/2003	DJMG	Página: 16

Órgão Julgador	Setima Turma
Juiz Relator	Luiz Ronan Neves Koury
Juiz Revisor	Paulo Roberto de Castro
Tema	TUTELA INIBITÓRIA - PREVISÃO LEGAL
<p>EMENTA: TUTELA INIBITÓRIA. PREVISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. DESNECESSIDADE DO DANO. Segundo ensina Luiz Guilherme Marinoni, um dos grandes obstáculos para tutela preventiva encontra-se na própria classificação trínaria das sentenças, eis que nenhuma das espécies nominadas (meramente declaratórias, constitutivas e condenatórias) tem a virtude de propiciá-la. Com efeito, através do conceito de condenação (execução por sub-rogação), esconde-se uma opção pela incoercibilidade do facere, fruto da doutrina desenvolvida com base no Código Napoleônico no sentido de que toda obrigação de fazer ou não fazer resolve-se em perdas e danos. Acrescenta que esses valores liberais impregnaram o sistema clássico de tutela dos direitos, relegando a segundo plano a tutela preventiva, pois a idéia reinante era de que a única tutela contra o ilícito constituía-se na reparação do dano. Atualmente a processualística moderna invoca o direito constitucional de acesso à justiça como fundamento jurídico para concessão da tutela inibitória, positivado no artigo 5-o, XXXV da Constituição Federal. Não obstante, ainda devem ser mencionados os artigos 11 da Lei da Ação Civil Pública e 461 do CPC como dispositivos legais que amparam o pedido de tutela inibitória, restando demonstrado que, além de não existir norma legal que vede a pretensão do autor, há toda uma estrutura normativa que ampara o seu pedido. Assim, não subsistem os argumentos quanto à inexistência de dano para impedir a tutela jurisdicional, pois o que se pretende é exatamente a prevenção do ilícito, potencial e iminente.</p>	

Processo	00388-1997-083-03-00-1 AP	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	14/12/2002	DJMG	Página: 11
Órgão Julgador	Quarta Turma		
Juiz Relator	Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto		
Juiz Revisor	Caio L. de A. Vieira de Mello		
Tema	EXECUÇÃO - MULTA		
<p>EMENTA: EXECUÇÃO - ACORDO JUDICIAL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CLÁUSULA PENAL - REDUÇÃO DA MULTA POSSIBILIDADE - O fato de alguém ser devedor, por força de decisão irrecorrível, não é razão bastante para justificar a deflagração de atos executivos capazes de reduzi-lo à insolvência, permitindo que todos se lancem a um tripúdio que não se coaduna com o verdadeiro escopo da execução, enquanto método estatal destinado a obter o eficaz e pleno atendimento de um crédito. Esses foram, por certo, os motivos que levaram o legislador a deixar alguns bens à margem da execução forçada. Essa preocupação legislativa, aliás, de</p>			

preservar a dignidade do devedor, pode ser detectada no art. 620 do mesmo texto processual, a teor do qual, quando a execução puder ser promovida por diversos meios, "o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor". Note-se que a norma não encerra mera faculdade do juiz, correspondendo, isto sim, a um comando imperativo ("mandará que se faça"), do qual, por princípio, ele não pode afastar-se. Nessa ordem de idéias, se há permissivo legal que autoriza a redução da pena (art. 924 do CCB) quando cumprida, em parte, a obrigação, compete ao Juiz assim proceder. Máxime, levando-se em consideração que o montante apurado a título de multa resulta valor elevado, não se podendo sequer vislumbrar nos autos se a executada tem condições de arcar com tal ônus, já que não se tem notícias de sua situação econômica. A apenação poderia, inclusive, levá-la à insolvência, o que, como já dito, não é o escopo da execução. O fim maior da **ação civil pública** na Justiça do Trabalho é exatamente a tutela do ordenamento jurídico vigente, agindo o Ministério Público em defesa dos interesses metaindividuais relacionados ao desrespeito dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição da República. Assim, se esse objetivo restou atingido, não seria viável exigir da executada o pagamento de um valor exorbitante, a título de multa, que poderia inviabilizar seu negócio e levá-la à insolvência.

Processo	01528-2001-019-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	18/05/2002	DJMG	Página: 14	
Órgão Julgador	Quinta Turma			
Juiz Relator	Rogério Valle Ferreira			
Juiz Revisor	Emerson José Alves Lage			
Juiz Redator	Emerson José Alves Lage			
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO			
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRATAÇÃO DE MOTOCICLISTAS ATRAVÉS DE INTERPOSTA PESSOA ATIVIDADE-FIM DA RECLAMADA. Não há que se falar em irregularidade de contratação de serviços de motoqueiros por meio de cooperativas de trabalho, sob a alegação de referir-se tal trabalho na atividade-fim da tomadora de serviços, quando se constata que, na verdade, este é apenas mais um dos serviços disponibilizados por ela aos seus clientes. Não se vislumbrando qualquer irregularidade nos contratos celebrados, improcede a ação civil pública, que tem por objeto impor a desconstituição destes, para transmudá-los para a modalidade de contrato de trabalho, diretamente com a tomadora dos serviços.</p>				

Processo	01863-1998-013-03-00-7 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	30/10/2001	DJMG	Página: 12	
Órgão Julgador	Terceira Turma			
Juiz Relator	Paulo Maurício Ribeiro Pires			

Juiz Revisor	Maria Lúcia Cardoso de Magalhães
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITO DIFUSO
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - POTENCIALIDADE DO DANO - PROCEDÊNCIA. A ação civil pública, no campo das relações de trabalho, é a ação de responsabilidade por danos ou ameaça de danos causados a interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, relacionados com as relações de emprego, pelo que a ofensa ao meio ambiente do trabalho deve ser analisada em potencial quanto a um determinado segmento de categoria profissional.	

Processo	AP - 4606/01		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	23/10/2001	DJMG	Página: 5	
Órgão Julgador	Terceira Turma			
Juiz Relator	Paulo Araújo			
Juiz Revisor	Paulo Maurício Ribeiro Pires			
Tema	TERMO CONDUTA - CUMPRIMENTO			
<p>AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR - TERMO DE CONDUTA - DESCUMPRIMENTO - EFEITOS - AUTUAÇÃO, SIMULTÂNEA, PELA DRT QUANTO AOS MESMOS FATOS - DEFESA EMPRESÁRIA QUE NÃO ENFOCA A OCORRÊNCIA DOS FATOS - IRRELEVÂNCIA PARA A AÇÃO CIVIL PÚBLICA -</p> <p>Se o empregador ajusta com o Ministério Público do Trabalho abster-se, sob pena de multa, da prática de determinados atos que constituem infração trabalhista, o descumprimento do pactuado autoriza a execução da multa independentemente de, em sede administrativa, ter ele apresentado defesa quanto à autuação fiscal pelos mesmos fatos, ao argumento de que estaria ainda indefinido o cometimento da infração. Porque os procedimentos e seus efeitos jurídicos são diferentes e independentes. Ainda mais quando o empregador, nessas defesas, não nega as infrações mas apenas diz, bisonhamente, que não redundaram em prejuízo para os empregados.</p>				

Processo	RO - 1490/01		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	07/04/2001	DJMG	Página: 0	
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Juiz Relator	Antônio Álvares da Silva			
Tema	RELAÇÃO EMPREGO - COOPERATIVA			
EMENTA: COOPERATIVA DE TRABALHO - SEDE E ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO - ESTATUTO INEXISTENTE NOS AUTOS - SIMULAÇÃO DE RELAÇÃO COOPERATIVISTA - INTERMEDIÇÃO DA MÃO DE OBRA DOS ASSOCIADOS PARA TERCEIRO - FRAUDE (ART. 9-o/CLT) - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO TIPIFICADOS COM O "TOMADOR DOS SERVIÇOS" - INTERPRETAÇÃO				

RESTRITIVA DO ART. 442, PARÁGRAFO ÚNICO DA CLT - APLICAÇÃO ANALÓGICA DOS ENUNCIADOS 256 E 331, I E III DO TST. Provado nos autos que a "cooperativa de trabalho" atuava apenas como agenciadora de mão de obra para a reclamada, "tomadora dos serviços", e que esta comandava efetivamente a força de trabalho do reclamante, imperativa a declaração de simulação de relação cooperativista, já que configurada a intermediação ilícita na contratação de mão de obra qualificada ("marchandage"), conduta que não passa pelo crivo do art. 9-o/CLT e que sujeita os infratores à fiscalização rigorosa do MPT (**ação civil pública**).

Processo	RO - 20945/00		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	27/04/2001	DJMG	Página: 0	
Órgão Julgador	Primeira Turma			
Juiz Relator	Denise Alves Horta			
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FINALIDADE			
<p>EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIDES SIMULADAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. As lides simuladas na Justiça do Trabalho, instigadas pela empresa, de modo reiterado e habitual, visando a celebração de acordos pelo extinto contrato de trabalho, tendo como objetivo real da demanda o acerto rescisório de seus empregados, não levado à assistência legal perante os órgãos competentes, configuram violação de interesses coletivos, já que a prática, como procedimento rotineiro da empresa, é extensiva à generalidade dos empregados e capaz de colocar em risco a eficácia dos direitos sociais trabalhistas constitucionalmente assegurados. Assim, quando um grupo, classe ou categorias de pessoas, ligadas com a parte contrária por uma relação jurídica base estão sendo coagidos a se submeterem a procedimento fraudulento, em prejuízo dos interesses e direitos sociais garantidos pela Carta Maior, em afronta direta à ordem jurídica vigente, legitima-se o ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 83, III da Lei Complementar n. 75/93 e art. 81, parágrafo único, II do Código de Defesa do Consumidor. Como observa o jurista, professor e magistrado Aroldo Plínio Gonçalves, "o que se objetiva através da ação civil pública na Justiça do Trabalho é a defesa do interesse coletivo que decorre da observância dos direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, ou seja, a própria ordem jurídica".</p>				

Processo	RO - 1189/99		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	04/09/1999	DJMG	Página: 13	
Órgão Julgador	Quarta Turma			
Juiz Relator	Luiz Otávio Linhares Renault			
Juiz Revisor	Fernando Procópio de Lima Netto			

Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MULTA
EMENTA : AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COMINAÇÃO DE MULTA - Tendo a ação civil pública por objeto obrigar o réu a cumprir obrigação de não fazer, a cominação de multa é requisito necessário do pedido inicial (art. 287 do CPC), devendo ser cominada pela sentença independentemente de requerimento do autor, nos termos do art. 11 da Lei n. 7347/85.	

Processo	01709-2006-104-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	20/07/2007			
Órgão Julgador	Primeira Turma			
Relator	Deoclecia Amorelli Dias			
Revisor	Convocado José Eduardo de Resende Chaves Júnior			
EMENTA: DOCUMENTOS DE GUARDA NECESSÁRIA - EXIBIÇÃO OBRIGATÓRIA. DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. A empresa sob fiscalização é obrigada a exibir, quando requeridos, quaisquer documentos de guarda necessária que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho (art. 630, parágrafos 3o. e 4o., da CLT), inclusive para efeito de ação civil pública a ser intentada pelo Ministério Público do Trabalho, tendo em vista descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta.				

Processo	00815-2006-131-03-00-2 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	07/07/2007	DJMG	Página: 27	
Órgão Julgador	Oitava Turma			
Relator	Denise Alves Horta			
Revisor	Convocada Maria Cecília Alves Pinto			
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE ATIVA			
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIDES SIMULADAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESVIRTUAMENTO DA UTILIZAÇÃO DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Se há alegação de ocorrência de lides simuladas na Justiça do Trabalho, bem como de desvirtuamento da utilização da Comissão de Conciliação Prévia, ante a indisposição reiterada e habitual da empresa de submeter às rescisões contratuais à assistência legal perante os órgãos competentes, indubitável é a suposta violação de interesses coletivos. Isto porque, um grupo, classe ou categorias de pessoas, ligadas com a parte contrária por uma relação jurídica base estão sendo coagidas a se submeterem a procedimentos fraudulentos, em prejuízo de				

interesses e direitos sociais constitucionalmente garantidos. Tais práticas, se utilizadas de forma rotineira pela empresa, configuram verdadeira afronta à ordem jurídica e, por certo, alcançam a generalidade dos empregados, produzindo, assim, efeitos de amplitude coletiva. Tal situação atinge não só os trabalhadores em atividade, como os futuros, a serem admitidos, afetando, pois, direitos coletivos "strictu sensu", pelo que insita é a legitimidade do MPT para ajuizar **ação civil pública**, nos termos dos artigos 127 e 129, III, da CF/88; 6-o, VII, "d", e 83, III da Lei Complementar 75/93; 21 da Lei 7.347/85 e art. 81, parágrafo único, II do Código de Defesa do Consumidor.

Processo	00984-2005-098-03-00-1 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento
Data de Publicação	04/07/2007			
Órgão Julgador	Primeira Turma			
Relator	Convocado José Marlon de Freitas			
Revisor	Maurício José Godinho Delgado			
EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA INIBITÓRIA - POSSIBILIDADE. A forte resistência da reclamada em implementar as medidas de segurança indicadas pelo Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público do Trabalho - objeto do pedido formulado nesta ação -, bem como a caracterização de ação ilícita continuada, justificam o receio do autor de que ela continue a agir ilicitamente, repetindo as irregularidades que violam os direitos indisponíveis dos seus empregados a um ambiente de trabalho saudável e seguro. Tais direitos, frise-se, excluem a ocorrência do ato ilícito, de modo que basta a probabilidade de sua repetição para que ocorra, com caráter pedagógico e preventivo, a tutela jurisdicional inibitória. Recurso a que se dá provimento.				

XX

Processo	01130-2007-069-03-00-9 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	11/05/2009	DEJT	Página: 168		
Órgão Julgador	Quinta Turma				
Relator	José Murilo de Moraes				

Revisor	Convocada Maria Cecília Alves Pinto
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. INTERESSE DE AGIR. TUTELA INIBITÓRIA. A natureza cogente da lei, por si só, não elide a necessidade-utilidade de provimento mandamental almejado na ação civil pública, o qual, mediante a cominação de penalidades (arts. 461 do CPC, 84 do CDC e 3º da LACP), viabiliza a atuação concreta da norma supostamente preterida de forma reiterada pelo empregador. Trata-se da tutela inibitória, decorrente do inciso XXXV do art. 5º da CR, que põe a salvo, sob o alcance do direito de ação, não só a lesão como também a mera ameaça a direito, prevenindo a proliferação de ações individuais voltadas à reparação de eventuais danos decorrentes do ilícito que poderia ter sido cessado pela tutela jurisdicional pretendida coletivamente.

Processo	01718-1999-043-03-00-9 AP		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	08/05/2009	DEJT	Página: 85		
Órgão Julgador	Primeira Turma				
Relator	Convocado Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto				
Revisor	Convocado José Eduardo de Resende Chaves Júnior				
Tema	MULTA DIÁRIA - COMINAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA MULTA COMINATÓRIA (ASTREINTE). A multa cominatória incide a partir do momento do descumprimento da ordem judicial. Se a obrigação foi determinada pela sentença / acórdão, o dies a quo se inicia a partir do trânsito em julgado. Sendo a obrigação fixada em decisão interlocutória, o que não é a hipótese dos autos, a multa incide após o decurso estabelecido para o cumprimento da ordem judicial. As decisões nas tutelas das obrigações de fazer e de não fazer do art. 461 possuem eficácia auto-executiva, prescindindo da instauração do processo de execução e formação de nova relação jurídico-processual. É o que se denomina de ações sincréticas, onde se exercitam, em processo único, as funções cognitiva e executiva. Nesse contexto, um dos instrumentos disponibilizados para o exercício dessas tutelas é a multa diária prevista no §4º do art. 461, da CPC, que funciona como meio coercitivo, de natureza inibitória. Contudo, frisa-se, deve ser definido o dies a quo de exigibilidade da multa no comando sentencial e, decorrido o prazo, mantendo o executado com o procedimento que deveria abster-se de fazer, passa a incidir de imediato a multa diária, em decorrência da eficácia auto-executiva da decisão.

Processo	00748-2008-089-03-00-7 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	20/04/2009	DEJT	Página: 127		
Órgão Julgador	Sexta Turma				
Relator	Emerson José Alves Lage				

Revisor	Anemar Pereira Amaral
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SALÁRIO EXTRA-FOLHA - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de realizar pagamento de salários sem a devida contabilização (o chamado salário "por fora") aos seus empregados. Na hipótese em causa, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme dita o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.

Processo	00350-2008-056-03-00-0 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	31/01/2009	DJMG	Página: 12		
Órgão Julgador	Quarta Turma				
Relator	Júlio Bernardo do Carmo				
Revisor	Antônio Álvares da Silva				
Tema	DANO MORAL COLETIVO - CARACTERIZAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - COAÇÃO PELA EMPREGADORA AO UNIVERSO DE TRABALHADORES SUBMETIDOS A TURNOS DE REVEZAMENTO ININTERRUPTOS - PRESSÃO PARA APROVAÇÃO DE ELASTECIDA JORNADA. Não pairam dúvidas, no vertente caso, quanto à qualificação coletiva dos interesses em jogo na Ação Civil Pública intentada, mediante a qual busca o douto parquet abstenha-se a empresa requerida "de exercer, sob qualquer forma, coação, pressão ou intimação sobre os seus empregados, com o objetivo de interferir ou anular o livre exercício da atividade sindical e a livre manifestação de vontade dos trabalhadores", bem como "de interferir, sob qualquer pretexto, nas atividades do Sindicato profissional", como formulado na atriál, em decorrência da conduta adotada pela ré, plenamente demonstrada através do acervo fático-probatório ao processado coligido, de coagir seus empregados e afastar a atuação sindical lídima, com o objetivo único de manter a jornada de oito horas de trabalho diário em turnos de revezamento ininterrupto. Evidenciado, com base no contexto dos autos, a conduta reiterada e ostensiva, a coação velada da Votorantim capaz de macular a real manifestação de vontade dos trabalhadores, perante o ente sindical, constrangidos a praticar um ato jurídico, qual seja, a suposta concordância com a jornada elastecida que, não obstante externada, não representava sua livre aquiescência, praticou a empresa inadmissível ingerência na organização sindical. Patente o dano à coletividade, que tem a dignidade e a honra abalada em face do ato infrator, cabe a reparação moral, cujo dever é do causador do dano, em montante revertido ao Fun do de Amparo ao Trabalhador.

Processo	00066-2007-062-03-00-4 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	11/04/2008	DJMG	Página: 11		
Órgão Julgador	Primeira Turma				
Relator	Marcus Moura Ferreira				
Revisor	Convocada Taísa Maria Macena de Lima				
Tema	TUTELA INIBITÓRIA - CABIMENTO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA INIBITÓRIA - POSSIBILIDADE. A forte resistência da reclamada em implementar as medidas de segurança indicadas pelo Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público do Trabalho - objeto do pedido desta ação -, bem assim a caracterização de ação ilícita continuada, justificam o receio do autor de que ela continue a agir ilicitamente, repetindo as irregularidades que violam os direitos indisponíveis dos seus empregados a um ambiente de trabalho saudável e seguro. Assim, basta a probabilidade de repetição do ilícito para que ocorra, com caráter pedagógico e preventivo, a tutela jurisdicional inibitória.

Processo	00831-2006-095-03-00-6 AP		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	15/03/2008	DJMG	Página: 14		

Órgão Julgador	Quinta Turma
Relator	Lucilde D'Ajuda Lyra de Almeida
Revisor	Convocada Adriana Goulart de Sena
Tema	OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER DESCUMPRIDA. EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA ACIMA DO LIMITE LEGAL E NÃO CONCESSÃO DO INTERVALO INTRERJORNADAS. MULTA. NECESSIDADE IMPERIOSA. ARTIGO 61 DA CLT. NÃO CONFIGURADA. O crescimento das vendas e, conseqüentemente, da produção, mormente quando se dão acompanhando tendência anteriormente constatada no contexto empresarial, são fatos ínsitos ao empreendimento econômico (artigo 2o., da CLT) e não configuram nenhuma das situações excepcionais do artigo 61 da CLT, seja na modalidade de força maior (artigo 501 da CLT), que pressupõe acontecimento inevitável para o qual o empregador não ocorreu direta nem indiretamente, seja na modalidade de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos ao empregador, que resultam de situações emergen ciais ou causas acidentais e imprevisíveis. Verificado o descumprimento, injustificado, das obrigações estipuladas em acordo judicial, sendo reiterada a conduta de exigência da extrapolação da jornada laborativa acima do limite legal e de não concessão do intervalo mínimo interjornadas, está autorizada a incidência de multa correspondente.

Processo	00083-2007-054-03-00-7 RO	Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data	de 01/03/2008	DJMG	Página: 14	

Publicação			
Órgão Julgador	Quarta Turma		
Relator	Convocada Maria Cristina Diniz Caixeta		
Revisor	Convocado Antônio Carlos Rodrigues Filho		
Tema	CLÁUSULA COLETIVA - VALIDADE		

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CLÁUSULA CONVENCIONAL PROIBITIVA DA ASSINALAÇÃO DO REGISTRO MECÂNICO DE PONTO. INCOMPATIBILIDADE EVIDENTE COM A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. AFRONTA ÀS GARANTIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA NORMA CONSOLIDADA - O reconhecimento constitucional das convenções coletivas de trabalho tem limites no art. 8-o, inciso III da Magna Carta, cabendo ao respectivo sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria que representa. Mas quando o órgão representativo obreiro subscreve as Convenções Coletivas que mitigam direitos de sua própria categoria, sem contrapartida evidente nos mesmos instrumentos, razoável concluir pelo descumprimento da própria missão que constitucionalmente lhe foi conferida. Incompatível com a legislação trabalhista a cláusula, reiteradamente vigente, proibitiva da assinalação do registro mecânico de ponto pelos empregados ocupantes de cargos hierarquicamente inferiores aos de gerente, em última análise em detrimento dos interesses da própria classe representada, merece decote o excesso. A liberdade sindical para formalizar convenção ou acordo coletivo em nome da respectiva categoria não se trata de um direito absoluto, posto que deverá ser exercido dentro dos limites dos interesses daquela, motivo primordial da impossível invocação do artigo 7-o., inciso XXVI, também da Constituição Federal, como forma de legitimação de toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que, sob roupagem da

flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados. Nesse norte se situa a solução da questão, porque indubitavelmente o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho não pode ser utilizado como mecanismo prejudicial àqueles que objetiva proteger.

Processo	01362-2006-031-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	07/11/2007	DJMG	Página: 17		
Órgão Julgador	Oitava Turma				
Relator	Denise Alves Horta				
Revisor	Convocada Maria Cecília Alves Pinto				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA - A ação civil pública direciona-se contra ilícitos praticados, mas, que, no entanto, originam fundados receios de sua continuação e repetição. Assim, a tutela requerida, via ação inibitória coletiva, reveste-se de natureza preventiva, com o fim jurisdicional precípuo de impedir a propagação e a reincidência do procedimento contrário ao ordenamento jurídico pátrio. Nessa linha de interpretação, a doutrina de Rodolfo de Camargo Mancuso, no sentido de que "A tutela é concedida pelo receio em se considerar que algo mau vai acontecer, ou é provável que ocorra. A probabilidade é elemento necessário; não se pode recriar o que não é possível, nem mesmo o que dificilmente aconteceria. O grau do provável é examinado pelo juiz, mas se ele mesmo tem dúvida, deve deferir o pedido de medida cautelar." (cit., in, "Ação Civil

Pública na Justiça do Trabalho". Raimundo Simão Melo. 2a. ed., LTr, SP, p. 169/170). Desse modo, para atender ao princípio da efetividade da jurisdição, realizando-se essa garantia constitucional, imprescindível a utilização de tutela inibitória (com meios coercitivos, como as "astreintes", visando obstar a ocorrência ou a repetição do ilícito.

Processo	01628-2006-104-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	27/06/2007	DJMG	Página: 12		
Órgão Julgador	Segunda Turma				
Relator	Márcio Flávio Salem Vidigal				
Revisor	Vicente de Paula Maciel Júnior				
Tema	CONDUTA ANTISSINDICAL - CARACTERIZAÇÃO				

EMENTA:AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDUTA ANTI-SINDICAL. CARACTERIZAÇÃO. O comportamento do empregador é anti-sindical todas as vezes que esteja em confronto com normas imperativas destinadas a tutelar de forma direta e imediata o exercício da atividade do sindicato da categoria profissional e ofenda os direitos de representação conferidos à entidade, seja qual for o meio utilizado pela empresa que revele o propósito de coibir a atuação livre e legal do sindicato. Nessa linha, caracteriza-se como anti-sindical a conduta do empregador dirigida à oposição das decisões da assembléia da categoria, na tentativa de frustrar a vontade coletiva dos trabalhadores extraída de forma legítima daquele órgão representante máximo da organização e detentor legal de

poderes de deliberação dos empregados da classe , em atitude de afronta ao princípio da liberdade sindical consagrado na Convenção n. 98 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, adotado pelo artigo 8o. da Constituição da República e assegurado no artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, com as prerrogativas inerentes à sua efetivação.

Processo	00250-2006-017-03-00-9 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	23/06/2007	DJMG	Página: 11		
Órgão Julgador	Quarta Turma				
Relator	Luiz Otávio Linhares Renault				
Revisor	Emerson José Alves Lage				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO				

EMENTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO - LEGITIMIDADE - O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública, à luz do que dispõem os artigos 127, caput , e 129, inciso III, da Constituição da República - ambos self-executing - combinados com o art. 83, inciso IV, da Lei Complementar n. 75/83. A tendência atual do Direito é de valorizar, prestigiar e ampliar a atuação do MP como órgão agente e não restringi-la, mormente na esfera dos direitos difusos e coletivos, impregnados de interesses sociais e individuais indisponíveis. A previsão constitucional de reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho, inserta no art. 7o., inciso XXVI, não pode ser

interpretada no acanhamento de sua literalidade, como se fosse apenas uma espécie de carta branca aos seus destinatários - sindicatos e empresa(s). Além de outros princípios, os direitos trabalhistas, por razões históricas, são perpassados pela indisponibilidade, pela imperatividade, e pelo flexionamento da hierarquização de suas normas, por isso que a sua interpretação tem de ser intensamente lógico-sistemática e teleológica. De conseguinte, a exegese do postulado atinente ao reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos pela ordem jurídica, subsume-se a uma axiologia integrativa, aglutinante e contrastante com outros valores de segurança e de justiça insculpidos na Carta Magna. Constituem princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1o., incisos III e IV), sendo certo que a célula mater do art. 7o. decorre de seu caput - direitos constitucionais pétreos alinhados nos diversos incisos - além de outros que visem à melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais. Por conseguinte, o art. 7o., inciso XXVI, da CF, não podendo ser invocado para legitimar toda e qualquer cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, que, com a roupagem da flexibilização, seja lesiva aos interesses sociais e individuais indisponíveis dos empregados, uma vez que a lei encerra o conteúdo mínimo do contrato de trabalho, que, embora ainda seja um complexo voluntário-normativo (a expressão é de J.M. Catharino), possui a dimensão de tutela superior à dimensão de contrato (autonomia da vontade individual ou coletiva). Conforme Carlos Maxiliano: "As prescrições de ordem pública, em ordenando ou vedando, colimam um objetivo: estabelecer e salvaguardar o equilíbrio social. Por isso, tomadas em conjunto, enfeixam a íntegra das condições desse equilíbrio, o que não poderia acontecer se todos os elementos do mesmo não estivessem reunidos.

Atingido aquele escopo, nada se deve aditar nem suprimir. Todo acréscimo seria inútil; toda restrição, prejudicial. Logo é caso de exegese estrita. Não há margem para interpretação extensiva, e muito menos para analogia".

Processo	01924-2006-148-03-00-9 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	23/09/2006	DJMG	Página: 16		
Órgão Julgador	Quarta Turma				
Relator	Luiz Otávio Linhares Renault				
Revisor	Convocado Vander Zambeli Vale				
Tema	JORNADA DE TRABALHO - PRORROGAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA ALÉM DA PREVISÃO LEGAL - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI - Nos termos do artigo 61, da CLT, o trabalho suplementar superior a duas horas diárias somente é permitido em caso de necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Essa norma é cogente, imperativa e traça os limites objetivos da duração da jornada de trabalho para além de uma prorrogação já tida e havida como extraordinária, restringindo-a a duas hipóteses, conforme se infere da norma supra mencionada. Dessa forma, afigura-se ilegal a exigência de trabalho além do referido limite do art. 59 - em número não excedente de duas horas - quando demonstrado que o serviço executado não se reveste

das características da necessidade imperiosa, seja: a) para fazer face a motivo de força maior; b) seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Imperioso significa o que é impreterível. Portanto, não é qualquer necessidade que autoriza a exigência do trabalho previsto nas alíneas a e b. Entende-se como força maior trabalhista todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente, sendo certo que a imprevidência empresarial exclui a razão de força maior. No caso, a previsibilidade do trabalho, absorvido pelo núcleo produtivo empresarial, afasta a idéia de força maior, inviabilizando o provimento do recurso quanto à pretensão de reforma da decisão proferida em Ação Civil Pública, manejada pelo Ministério Público do Trabalho, para cessar o comportamento patronal contrário à legislação trabalhista.

Processo	00569-2003-027-03-00-9 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	26/04/2005	DJMG	Página: 18		
Órgão Julgador	Setima Turma				
Relator	Convocada Wilméia da Costa Benevides				
Revisor	Paulo Roberto de Castro				
Tema	OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. A multa fixada para o caso de descumprimento das obrigações de fazer deferidas em sentença são

consideradas astreintes, previstas nos art. 461, parágrafo 4o., e 644, do CPC. Não visam substituir a obrigação, em si, mas a impor multa pelo seu descumprimento. Pelo escopo a que visa, não pode ser fixada apenas formalmente, eis que deve ter valor eficiente a forçar o cumprimento da obrigação. Não se confunde, tampouco, com a cláusula penal prevista nos art. 408 e seguintes do CCB de 2002 (art. 921 e ss do CCB de 1916), que visa o ressarcimento do credor, em caso de descumprimento de obrigação. Se a referida multa fora aplicada corretamente, guardando coerência com o bem cuja pretensão se deduz em juiz, nenhuma alteração no julgado "a quo" se impõe.

Data de Publicação	16/04/2005	DJMG	Página: 3
Órgão Julgador	Terceira Turma		
Relator	Paulo Roberto Sifuentes Costa		
Revisor	Maria Lúcia Cardoso de Magalhães		
Tema	TERCEIRIZAÇÃO - LICITUDE		

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA - ATIVIDADE-FIM - PRETENSÃO INIBITÓRIA - Não há como atribuir caráter periférico à atividade de descarregamento e separação de botijões vazios, ainda que de outras marcas, no contexto de uma empresa cujo objeto social é a "manipulação, estocagem, engarrafamento, transporte, distribuição, comércio, importação e exportação de sub-produtos da refinação de petróleo, especialmente gás liqüefeito". Sabe-se da experiência comum (art. 335/CPC) que, na comercialização de botijões de gás aos consumidores em geral, e especialmente os residenciais, as

empresas sempre levam o botijão vazio, substituindo-o por outro cheio, cobrando apenas o valor referente ao preço do gás em si. Ora, se praticamente toda venda implica o carregamento do botijão vazio, a atividade empresária não subsistirá se não tiver empregados permanentemente encarregados de lidar com estes botijões vazios. Em sendo ilícita a terceirização, nos termos da jurisprudência sedimentada no Enunciado 331, III, do TST, procede a pretensão inibitória para que a ré abstenha-se de tal prática (art. 11 da Lei 7.347/85).

Processo	01276-2004-000-03-00-0 AR		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	18/03/2005	DJMG	Página: 4		
Órgão Julgador	2a Secao Espec. de Dissidios Individuais				
Relator	Eduardo Augusto Lobato				
Revisor	Convocado Rogério Valle Ferreira				
Tema	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - ATUAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM 1a. INSTÂNCIA - DESNECESSIDADE DE NOVO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. Emitido parecer pelo d. MPT, em Primeiro Grau de Jurisdição, proferida a sentença e apresentados recursos pelas partes e, após, remetido o feito para a Procuradoria do Trabalho, não há que se cogitar em nova remessa dos autos ao i. Parquet para novo parecer, mormente quando ele próprio informa que não interporá recurso uma vez que a parte voluntariamente já o fez, tratando da matéria afeta ao interesse

público, o que induz na sua concordância com os fundamentos do apelo.

Processo	00813-2002-017-03-00-5 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	20/08/2004	DJMG	Página: 7		
Órgão Julgador	Primeira Turma				
Relator	Convocado José Eduardo de Resende Chaves Júnior				
Revisor	Márcio Flávio Salem Vidigal				
Tema	COISA JULGADA - EFEITO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EFEITOS DA COISA JULGADA - REVOGAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 7.347/95 - INADEQUAÇÃO SISTEMÁTICA E INCOMPATIBILIDADE DOGMÁTICA - A decisão proferida em Ação Civil Pública faz coisa julgada erga omnes e ultra partes, limitadamente ao grupo, categoria ou classe atingida, independentemente de se localizarem fora da competência territorial do órgão prolator, nos termos do parágrafo único do artigo 2o. da Lei 7.347/95, que revogou, por incompatibilidade, o artigo 16 do mesmo estatuto legal - inteligência do par. 1o. do art. 2o. da Lei de Introdução do Código Civil. A alteração legislativa do artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública, levada a efeito pela Lei 9.494/97, é absolutamente assistemática, e até incompatível com o complexo normativo de defesa dos direitos transindividuais, cuja tutela desafia, ao revés, abordagem holística e isonômica. Fragmentar a tutela coletiva significa retroceder todo o sistema, e incutir no seio da ação coletiva os

ranços individualistas, que, com muito custo, a ciência contemporânea do processo procura transcender. O mencionado artigo 16 se revela incompatível inclusive com a própria dogmática interna da Lei 7.347/85, mormente após a alteração legislativa posterior à da Lei 9.494/97, qual seja, a da Medida Provisória 2.180-35/2001, cujo escopo se justifica à vista da própria pragmática da ação coletiva, já que se em sede individual mero temor ne varie dicetur não impõe a formação nem mesmo de listisconsórcio, sendo, dessa forma, admissível, em tese, o conflito lógico entre decisões, no plano coletivo, ao contrário, o caráter erga omnes do julgado impõe maiores cuidado, preocupação e cautela com a isonomia de tratamento entre os beneficiados pela tutela judicial.

Processo	01107-2003-103-03-00-7 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	24/07/2004	DJMG	Página: 9		
Órgão Julgador	Quarta Turma				
Relator	Luiz Otávio Linhares Renault				
Revisor	Convocado Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto				
Tema	DANO MORAL COLETIVO - INDENIZAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA - DANOS MORAIS COLETIVOS. A prática adotada pela Reclamada de discriminar parentes de ex-empregados que ingressam com reclamação trabalhista, bem como de fornecer informações desabonadoras de ex-empregados, dificultando-lhes a obtenção de nova colocação no mercado de

trabalho, constituem ilícitos vedados pelo ordenamento jurídico. Tais condutas violam o direito à cidadania, à dignidade da pessoa humana, ao valor social do trabalho, à igualdade, à não-discriminação, à inafastabilidade da tutela jurisdicional, à proteção ao emprego, dentre outros direitos constitucionalmente assegurados. Os danos decorrentes extrapolam a esfera individual dos sujeitos lesados, atentando também contra direitos difusos e coletivos, os quais são definidos no CDC (art. 81, parágrafo único, incisos I e II), como os transindividuais, de natureza indivisível. A evolução do instituto do dano moral no nosso sistema jurídico permite, atualmente, com base na Constituição Federal e nas Leis que regulamentam a tutela coletiva, a condenação da lesante à reparação dos danos morais coletivos. Busca-se com esta indenização oferecer à coletividade de trabalhadores uma compensação pelo dano sofrido, atenuando, em parte, as conseqüências da lesão, como também visa aplicar uma sanção pelo ilícito praticado. A indenização a título de danos morais coletivos deve ser revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador (art. 13 da Lei 7.347/85), em razão deste ser destinado ao custeio de programas assistenciais dos trabalhadores.

Processo	01209-2003-100-03-00-3 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	15/07/2004	DJMG	Página: 13		
Órgão Julgador	Sexta Turma				
Relator	Convocado João Bosco Pinto Lara				
Revisor	Convocada Maristela Iris da Silva Malheiros				

Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SEGREDO DE JUSTIÇA
------	---

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGREDO DE JUSTIÇA. FALTA DE JUSTIFICATIVA. Ainda que a matéria discutida em sede de Ação Civil Pública possa repercutir para além dos limites em que se circunscrevem as pretensões deduzidas pelas partes, não se justifica que o feito corra sob segredo de justiça, pela própria finalidade e natureza da presente ação.

Processo	RO - 7141/98		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	01/02/2000	DJMG	Página: 6		
Órgão Julgador	Terceira Turma				
Relator	Convocada Maria Cecília Alves Pinto				
Revisor	Maria José Castro Baptista de Oliveira				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FINALIDADE				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FINALIDADE. O fim maior da ação civil pública na Justiça do Trabalho é exatamente a tutela do ordenamento jurídico vigente, agindo o Ministério Público em defesa dos interesses coletivos relacionados ao desrespeito dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição da República. Assim é que, se as medidas extrajudiciais tomadas não foram capazes de fazer cessar as inúmeras infrações constatadas, compete a esta Justiça determinar que o réu cumpra as obrigações

de fazer e não fazer que resultam, em última análise, no cumprimento da ordem jurídica pátria.